

**TCC/UNICAMP
Av54f
IE/448**



1290000448



**IE
TCC/UNICAMP Av54f**

MONOGRAFIA



TÍTULO:

**FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES E POBREZA NA REGIÃO
METROPOLITANA DE SÃO PAULO: UM ESTUDO PARA O ANO DE 1999**

Aluna: CAROLINA BERTOZZO DE AVILEZ

RA: 973896

Orientadora: PROF^A DRA EUGENIA TRONCOSO LEONE ✓

Departamento de Teoria Econômica – UNICAMP

Instituto de Economia – UNICAMP

Dezembro/2001 ✓

**TCC/UNICAMP
Av54f
IE/448**

CEBUC

ÍNDICE

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>2</u>
<u>CAPÍTULO 1</u>	<u>7</u>
<u>1.1. A ECONOMIA BRASILEIRA E O MERCADO DE TRABALHO NA DÉCADA DE 90</u>	<u>7</u>
<u>1.2. A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 90</u>	<u>12</u>
<u>1.3. ANÁLISE DA POBREZA NO BRASIL</u>	<u>22</u>
<u>1.3.1. Os critérios básicos para o estudo de pobreza</u>	<u>22</u>
<u>1.3.2. Estudos recentes sobre a pobreza no Brasil</u>	<u>31</u>
<u>CAPÍTULO 2 - FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES</u>	<u>39</u>
<u>2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES</u>	<u>39</u>
<u>2.2. NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES</u>	<u>44</u>
<u>CAPÍTULO 3 - MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA</u>	<u>50</u>
<u>3.1. Perfil Etário</u>	<u>50</u>
<u>3.2. Escolaridade</u>	<u>53</u>
<u>3.3. Estrutura Ocupacional</u>	<u>54</u>
<u>CAPÍTULO 4 - CONCLUSÕES</u>	<u>60</u>
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	<u>64</u>

INTRODUÇÃO

A década de 1990 no Brasil foi marcada pela retração dos investimentos e baixo crescimento econômico, resultado de políticas macroeconômicas restritivas e de combate à inflação. Com a introdução do Plano Real, em 1994, intensificou-se a abertura comercial, que somada às políticas de valorização cambial e juros elevados, provocaram mudanças na estrutura produtiva nacional e um encolhimento na geração de oportunidades ocupacionais (Mattoso & Baltar, 1996).

As mudanças na estrutura produtiva significaram uma intensa redução do nível de assalariamento formal, restringindo as possibilidades de emprego e contribuindo para a permanência de um desemprego alto e prolongado. Tem havido uma utilização mais freqüente da subcontratação em substituição à contratação direta de mão-de-obra, gerando maior instabilidade e precariedade da ocupação (Dedecca & Henrique, 1996). Esta precarização das condições de trabalho, por sua vez, contribui para a maior deterioração do mercado de trabalho nacional, já marcado por uma heterogeneidade estrutural (com ampliado leque salarial, elevados níveis de rotatividade e baixos salários).

Também faz parte das mudanças dos anos 90 o aumento do grau de informalização das relações de trabalho (Baltar, 1996, Mattoso e Baltar, 1997), o que expressa a incapacidade do mercado em absorver a totalidade das pessoas que procuram trabalho, que obedeçam às regras legais e sejam regulamentadas por organizações profissionais (Figueiredo, 1990).

Num contexto de perda de capacidade de crescimento da economia e de crescente desemprego, verificados ao longo da década de 90, as famílias são fortemente afetadas e todos os seus membros se organizam, através da atividade econômica, num esforço para manter o nível sócio-econômico ou lutar contra a pobreza. Assim, as mudanças na economia na década de 90 continuaram a afetar a situação das famílias e a realidade da mulher trabalhadora, particularmente na região

metropolitana de São Paulo (RMSP), que concentra uma parcela considerável da indústria do país. Desta forma, a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho faz parte de um amplo processo de transformação no interior das famílias (Leone, 1997).

No Brasil, a participação das mulheres no mercado de trabalho não é ainda tão expressiva, seja em comparação com a dos homens, seja em relação à observada em países desenvolvidos. Porém diversos estudos revelam que desde os anos 70 há uma tendência crescente à incorporação da mulher na força de trabalho.

A participação da mulher na atividade econômica intensificou-se a partir da década de 70, período de expansão econômica com acelerada industrialização e urbanização. Nos anos 80, ainda que o contexto fosse de estagnação, de elevada inflação e de mudanças na estrutura do emprego, a participação da mulher teve um aumento significativo. Essa tendência continuou na primeira metade da década de 90, apesar dos baixos investimentos, da intensa abertura econômica e terceirização da economia (Leone, 1999).

Os fatores que determinam a entrada das mulheres na atividade econômica são de naturezas distintas. Transformações sociais e culturais, por exemplo, alteram o papel da mulher na família e na sociedade, permitindo a elas conquistarem maior igualdade entre gêneros, maior autonomia e eliminarem as dificuldades de inserção no mundo do trabalho. A necessidade econômica também é responsável pelo aumento da participação feminina, pois a deterioração da situação ocupacional e da renda do chefe passa a exigir a cooperação de outros membros na renda familiar. Assim, as mulheres também entram no mercado de trabalho para evitar a piora das condições sócio-econômicas das famílias. Ganham com isso maior importância econômica, passando cada vez mais de agentes coadjuvantes na participação da renda familiar para agentes centrais no sustento do lar. (Leone, 1997, Bruschini, 1998).

A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) define família como “o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que

residem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”. Dentro da família as pessoas são classificadas em função da relação com a pessoa de referência, ou seja, o chefe da família, e com o seu cônjuge.

O conceito de chefe pressupõe que existe uma hierarquia familiar, que o chefe está regularmente presente, é o principal tomador de decisões e provedor do sustento de toda a família. (Figueiredo, 1990). Em geral, considera-se chefe o homem, a menos que ele esteja ausente, tornando a mulher chefe em consequência dessa ausência (é o caso das solteiras, separadas, desquitadas e viúvas). São raros os casos das famílias constituídas por casais em que a mulher é declarada chefe da família.

Vários autores mostram que tem aumentado recentemente a proporção de famílias chefiadas por mulheres e a maioria destas famílias se caracteriza pela ausência do cônjuge e pela presença de filhos. Nestes casos, na ausência do cônjuge, depende somente das mulheres o sustento dos filhos, provavelmente conciliando trabalho remunerado com afazeres domésticos.

As estratégias de trabalho, de convívio e de repartição do produto do trabalho são estabelecidas na convivência doméstica, de tal modo que as carências das famílias e dos seus membros em particular são determinadas em grande parte no âmbito familiar, não sendo resultado apenas de uma precária inserção no mercado de trabalho. Portanto, o rendimento familiar não é o único indicador do grau de pobreza da família (Figueiredo, 1990). Outros condicionantes da pobreza são: o tamanho da família (e o número de filhos), que pode representar um encargo econômico, acentuando a condição de pobreza quando a renda familiar é insuficiente; a baixa escolarização, de forma que a educação pode representar instrumento importante no seu combate; a diferença de características familiares, como a posição do indivíduo na família (chefe, cônjuge, filho, outro parente, agregado, empregado doméstico).

Com relação a este último aspecto, estudos revelam a incidência de pobreza nas famílias chefiadas por mulheres e apontam que a associação dos atributos sexo do chefe e número de filhos tem um impacto particularmente perverso sobre a suscetibilidade à pobreza (Figueiredo, 1990).

Desta forma, a partir da evidência de que no Brasil tem aumentado a proporção de famílias chefiadas por mulheres e que costuma-se vincular este fato a condições precárias de vida, este estudo centrou-se:

1) na caracterização das famílias chefiadas por mulheres, confrontando-as com as famílias constituídas pelo casal;

2) na análise do perfil dessas mulheres chefes de família e suas características individuais (idade, escolaridade) e ocupacionais (setor de atividade, ocupação, posição na ocupação e rendimento na ocupação principal).

O estudo foi realizado para a RMSP, principal aglomeração urbana do país, fortemente afetada pelas oscilações da atividade econômica, pois concentra uma grande parcela da indústria do país e tem a maior diversidade de ocupações. O universo de análise deste estudo esteve constituído pelas famílias e a fonte de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) relativa ao ano de 1999.

No primeiro capítulo foi desenvolvido um trabalho de revisão bibliográfica abordando três importantes temas que são a base para as análises do estudo empírico. No capítulo 1.1 foi traçado um panorama da economia brasileira nos anos 90 e do mercado de trabalho na década como forma de entender a estruturação da pobreza no Brasil e os determinantes da vulnerabilidade social. O capítulo 1.2 apresenta uma revisão dos principais estudos publicados recentemente sobre as mulheres no mercado de trabalho, ou seja, traz um apanhado do que se vem estudando sobre as mulheres. O objetivo dessa seção é entender, com base no que já se tem publicado, a evolução e os determinantes da inserção das mulheres e usá-los como “pano de fundo” para o estudo empírico das famílias chefiadas por mulheres. A revisão bibliográfica, juntamente com os resultados

empíricos, ajuda na formulação de hipóteses e/ou conclusões sobre as causas das vulnerabilidades desse tipo de família. Por fim, em se tratando de averiguar se é correta a afirmação de que existe uma forte relação entre família chefiada por mulher e pobreza, foi realizada no capítulo 1.3 uma revisão bibliográfica apontando as principais mudanças ocorridas na situação da pobreza no Brasil, e mais especificamente na região metropolitana de São Paulo (RMSP), na década de 1990.

O capítulo 2 apresenta o estudo empírico que focaliza as famílias chefiadas por mulheres e o capítulo 3 a caracterização das mulheres chefes.

O capítulo 4 traz os resultados e conclusões da pesquisa.

CAPÍTULO 1

1.1. A ECONOMIA BRASILEIRA E O MERCADO DE TRABALHO NA DÉCADA DE 90

A década de 1990 se iniciou com um forte processo de abertura da economia, num contexto de políticas econômicas neoliberais, e recessão até 1993, seguido da implementação do Plano Real em 1994, para estabilização dos preços internos. A política de estabilização baseou-se na elevação da taxa de juros interna e na valorização do câmbio. A abertura comercial e financeira acelerou a entrada de capital externo e elevou o coeficiente de importação, o que forçou as empresas nacionais a iniciarem um processo de reestruturação da produção que conferiu uma nova dinâmica ao funcionamento do mercado de trabalho. A inflação se reduziu em 1994, ajudada pelo aumento de produtos importados com preços mais baixos, forçando a queda dos preços nacionais, porém gerou grande desequilíbrio na Balança Comercial (PACHECO, 1996; DEDECCA, 1996).

O ritmo da atividade econômica, medido pela variação do PIB, não teve um comportamento homogêneo na década. Em 1992 o crescimento da economia foi negativo (-0,54% do PIB), cresceu 4,92% do PIB em 1993, 5,85% em 1994, 4,22% em 1995 e nos anos seguintes apresentou crescimentos cada vez menores (2,66% em 1996, 3,27% em 1997, 0,22% em 1998), chegando a crescer apenas 0,8% em 1999. Em 1994 o crescimento econômico foi resultado do plano de estabilização dos preços e da elevação do crédito ao consumidor, que permitiu a elevação da demanda agregada da economia. A partir de 1994 a inflação permaneceu baixa até o final da década.

Apesar da recuperação da economia a partir de 1993, o nível de emprego não voltou ao de antes da recessão (BALTAR, 1996). O comportamento do mercado de trabalho na década é descrito a seguir.

Entre os anos de 1930 e 1970 era evidente a estruturação do mercado de trabalho em torno do emprego assalariado regular e dos segmentos organizados da ocupação, a redução das ocupações sem registro, sem remuneração e por conta própria e, ainda, a redução do desemprego, possibilitando a incorporação crescente de parcelas da População Economicamente Ativa no mercado de trabalho brasileiro. Também ocorreu diminuição das ocupações não-organizadas, possibilitando grande acesso dos trabalhadores ao conjunto de empregos regulares. A dinâmica da industrialização, orientada pelas políticas macroeconômicas comprometidas com a expansão da produção nacional, favoreceu continuamente o aumento do número das ocupações. Apesar dos sinais de estruturação do mercado de trabalho, não houve sua homogeneização nos níveis constatados nos países desenvolvidos e permaneciam os problemas tradicionais do mercado de trabalho em economias subdesenvolvidas, tais como a informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdade de rendimentos (POCHMANN, 1999).

No início dos anos 80 o padrão de financiamento da economia brasileira entrou em colapso por conta da dívida externa e foram adotados ajustes macroeconômicos que até hoje inviabilizaram a retomada do crescimento econômico sustentado. Em meio a um contexto de estagnação, hiperinflação e fortes e rápidas oscilações econômicas, houve uma ruptura na tendência geral de estruturação do mercado de trabalho, tornando-se menos estruturado. A escassez de recursos financeiros internacionais aos países endividados fez com que o Brasil adotasse uma política de geração de superávits comerciais como forma de atender ao pagamento da dívida externa. Esta política desencadeou um programa exportador, que juntamente com uma política de substituição de importações, acabou impedindo uma queda drástica na geração de postos de trabalho, apesar da redução na taxa agregada de investimento.

Assim, embora não crescesse o nível do emprego assalariado, este também não se reduziu. Mas a composição do emprego assalariado entre registrado e sem registro em carteira sofreu

grande alteração, reduzindo-se a participação relativa de empregos assalariados com registro no total dos assalariados.

Na década de 90 os sinais de desestruturação do mercado de trabalho tornam-se evidentes, com a redução dos assalariados com registro (caracterizando um processo de desassalariamento), crescimento do desemprego e das ocupações não organizadas. Observa-se também o crescimento da subutilização da força de trabalho, resultado em grande parte do crescimento do desemprego. (POCHMANN, 1999).

Os anos 90 foram marcados por uma intensa reestruturação produtiva e crescimento do setor terciário na RMSP, o que provocou mudanças no padrão de incorporação pelo mercado de trabalho. Porém, o desemprego aumentou, pois o crescimento do terciário não foi suficiente para absorver toda a população desempregada. Essas mudanças afetam diferentemente os membros das famílias, identificados por sua posição no interior destas bem como por gênero e idade.

As mudanças ocorridas nas atividades econômicas da RMSP nos anos 80 e 90 foram resultado de mudanças na alocação industrial, do crescimento do setor terciário e da reestruturação produtiva. O processo de reestruturação da base produtiva já vinha ocorrendo desde os anos 80 e ganhou impulso na década de 90, com a adoção de uma nova política econômica ancorada numa decisão de abertura externa rápida e abrupta com eliminação de parte da capacidade produtiva de segmentos de atividade. A intensificação dos esforços de reestruturação das empresas, ao longo da década de 90, determinou o aprofundamento de uma nova dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro. Houve aumento da participação do emprego nos serviços, e queda progressiva da participação da indústria na composição do nível de emprego. O conjunto dos empregos no setor de serviços representou 56% dos postos de trabalho em 1989, 67,4% em 1997 e 68,5% em 1998. Já o emprego industrial passa de 33% da força de trabalho ocupada em 1989 para 21% em 1997 e 19,8% em 1998 (SEADE).

Ao mesmo tempo em que ocorreram essas mudanças setoriais, o uso crescente de estratégias de racionalização e terceirização de atividades implicou na perda de importância do trabalho assalariado no mercado de trabalho, em especial nas atividades industriais, bem como o aumento da participação relativa de autônomos e empregadores nas atividades terciárias. O emprego com registro em carteira de trabalho que predomina na indústria, vai sendo substituído por ocupações autônomas ou temporárias, caracterizadas por maior instabilidade.

O perfil de qualificação exigido da mão-de-obra também vem se alterando. Diante dos processos de modernização e racionalização, as empresas buscam selecionar e manter em sua estrutura ocupacional os trabalhadores com melhor perfil de escolaridade. A contraface deste movimento vem sendo a exclusão dos trabalhadores menos qualificados, que vem se inserindo de forma mais precária em segmentos menos dinâmicos da atividade econômica. Cresce, em função disso, o conjunto de trabalhadores com pouquíssimas chances de retornar a uma condição formal de inserção.

A reestruturação produtiva alterou o patamar do desemprego na região e aumentou a precarização das relações de trabalho. A flexibilização da produção que vem sendo acompanhada por terceirização e subcontratação da produção e de serviços tem resultado na criação de setores informais modernos. A informalização passa a crescer rapidamente e, através do crescimento dos pequenos negócios se estabelece uma rede de produtores e de prestadores de serviços organizada sob relações de trabalho fortemente precárias (DEDECCA e BALTAR, 1997).

Dessa forma, a tendência na década de 90 é a redução do emprego regular e regulamentado, a queda do emprego industrial e a redução do assalariamento.

As oscilações no nível de atividade nas décadas de 80 e 90 também são responsáveis por essas mudanças. De 1981 a 1983 e de 1990 a 1992 houve recessão, de 1987 a 1989, desaceleração e de 1984 a 1986 e 1993 a 1996 recuperação do produto interno bruto. Recentemente, de 1997 a 1999 a economia brasileira vem passando também por uma fase recessiva, o que vem aumentando

a gravidade da situação social na RMSP nos anos 90 e o desemprego cresce intensamente. No ano de 1998 o desemprego foi registrado em 18,2% e em 1999 em 19,3% (POCHMANN, 1997).

A elevação do desemprego, a queda do emprego formal e o aumento das ocupações informais indicam a deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho na RMSP na década de 90. O rendimento do trabalho para o total de ocupados vem caindo, o que, juntamente com a redução da atividade econômica em 1997 e 1998, provocou queda na taxa de ocupação, queda na renda do trabalho e queda na renda familiar média e *per capita*. No ano de 1998, todos os membros ocupados das famílias tiveram reduções no rendimento real.

POCHMANN (1999) discute a questão da exclusão social, e destaca o emprego como uma das principais condições de acesso à renda e aos serviços sociais. Percebe que, no contexto atual, as incorporações economicamente possíveis distanciam-se do modelo geral de emprego regular e de boa qualidade. Diante da atual fase de baixo dinamismo econômico e de restrição à geração de empregos regulares, o mercado de trabalho passou a ser a esfera concentrada para a implementação de medidas governamentais desregulamentadoras. O predomínio dos pressupostos neoliberais levou ainda à busca de maior flexibilidade no uso e remuneração da mão de obra, identificada como mecanismo necessário à promoção de mais empregos. Pouco interessa, portanto, a qualidade das ocupações geradas.

Mas este vetor de condução das políticas públicas para o mercado de trabalho, além de insuficiente para o melhor enfrentamento do problema do emprego, tem promovido as desigualdades sócio-econômicas e, em última instância, a exclusão social. Assiste-se à conformação de um padrão de sociedade dual, entre aqueles que se encontram plenamente incluídos, por meio de uma ocupação regular e de boa qualidade, e os demais, os precariamente incluídos (subemprego, ocupações atípicas, parciais) e os excluídos (sem emprego por longa duração).

1.2. A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 90

Esta seção analisa a participação da mulher na atividade econômica na década de 90, discutindo o caráter da sua inserção relativamente às condições gerais do mercado de trabalho, principalmente no que se refere ao processo de reestruturação econômica. Foi feita uma revisão bibliográfica de alguns estudos publicados recentemente sobre as mulheres no mercado de trabalho a fim de entender a evolução e os determinantes da inserção das mulheres.

BRUSCHINI & LOMBARDI discutem as principais alterações ocorridas na qualidade do trabalho feminino no Brasil no período 1981-1998, e traçam um panorama da evolução da participação feminina no mercado de trabalho.

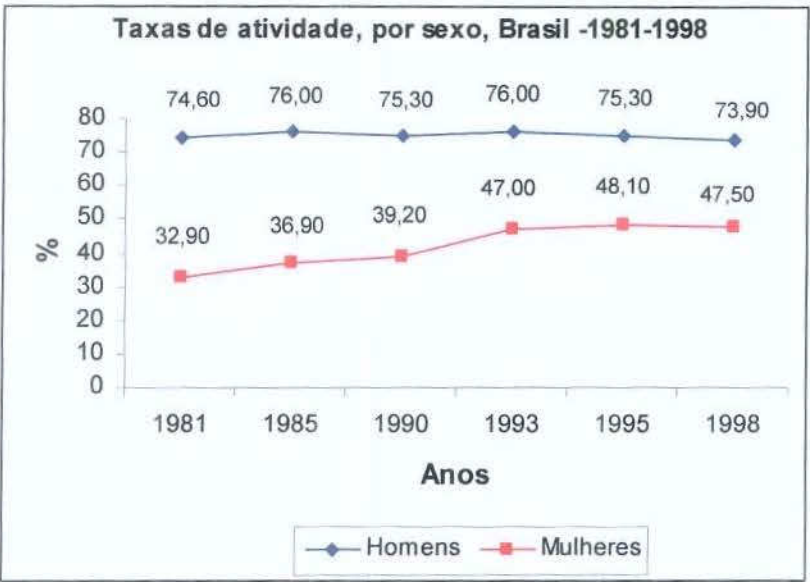
Nos últimos vinte anos, a força de trabalho feminina vem crescendo intensamente no Brasil e as mulheres vêm desempenhando um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da População Economicamente Ativa. As taxas de atividade masculina permaneceram praticamente constantes de 1981 a 1998 e as femininas se ampliaram significativamente, atingindo 47,5% em 1998. As mulheres representavam então, em 1998, 40,6% da força de trabalho brasileira (BRUSCHINI & LOMBARDI) (Tabela 1). O gráfico 1 ilustra a evolução das taxas de atividade para homens e mulheres no período.

TABELA 1: Indicadores de participação econômica por sexo - Brasil

Sexo	População economicamente ativa (em milhões)							Taxas de atividade (%)						Proporção de mulheres entre os trabalhadores					
	1981	1985	1990	1993	1995	1998	%	1981	1985	1990	1993	1995	1998	1981	1985	1990	1993	1995	1998
Homens	32,6	36,6	41,6	42,8	44,2	45,8	40,5	74,6	76,0	75,3	76,0	75,3	73,9	68,7	66,5	64,5	60,4	59,6	59,3
Mulheres	14,8	18,4	22,9	28,0	30,0	31,3	111,5	32,9	36,9	39,2	47,0	48,1	47,5	31,3	33,5	35,5	39,6	40,4	40,6

Fonte: Bruschini & Lombardi

Gráfico 1:



O aumento significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho que vem se verificando desde a década de 70 é resultado não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado, em conjunturas específicas, mas também das transformações demográficas, culturais e sociais que vêm ocorrendo no país e que têm afetado as mulheres e as famílias brasileiras. Houve uma intensa queda da fecundidade que reduziu o número de filhos por mulher, principalmente nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, e liberou-as para o trabalho. A expansão da escolaridade e o acesso às universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. Ainda, transformações culturais e nos valores relativos ao papel da mulher na sociedade alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado. Essas mudanças explicam tanto o crescimento da atividade feminina quanto as transformações no perfil da força de trabalho das mulheres (BRUSCHINI & LOMBARDI).

Além do crescimento, ocorreram alterações no perfil da mão de obra feminina. Até o final dos anos 70, as mulheres trabalhadoras eram em sua maioria jovens, solteiras e sem filhos, e agora,

nos anos 90, aumenta a participação das mulheres mais velhas, casadas e mães. Um dos maiores indicadores dessa mudança é a idade, pois houve ampliação da atividade feminina em todas as faixas etárias, mas principalmente nas mais elevadas. Em 1998, a mais alta taxa de atividade, superior a 66%, é encontrada na faixa de mulheres entre 30 e 39 anos e quase 63% das mulheres de 40 a 49 anos também são ativas. Isso significa que foram as mulheres mais maduras as que mais entraram ou permaneceram no mercado, ou retornaram depois que estavam com os filhos crescidos (WAJMAN & RIOS-NETO, 1998). O número de famílias chefiadas por mulheres aumentou, como consequência do maior número de viúvas, do aumento das separações e novas formas de coabitação.

O padrão feminino de participação econômica por idade apresenta assim um envelhecimento. Já o masculino, também tem uma expansão dos mais velhos, porém pequena.

A principal mudança no perfil etário das mulheres economicamente ativas é acompanhada por um expressivo aumento das esposas, cujas taxas de atividade passaram de 33% em 1985 para 51,3% em 1998. Isso indica que as responsabilidades domésticas não são mais um fator impeditivo ao trabalho feminino. As mulheres casadas entram no mercado para complementar a renda familiar ou impulsionadas pela elevada escolaridade, pelo menor número de filhos, pelas mudanças na identidade feminina e nas relações familiares. Mas algumas dificuldades fazem ainda com que as mulheres estejam em desvantagem no mercado de trabalho, como as responsabilidades domésticas que não deixam de assumir e os filhos pequenos, que sobrecarregam-nas. Apesar das dificuldades, quando a necessidade econômica é tão premente que inviabiliza o exercício da maternidade em tempo integral, como nas famílias muito pobres ou nas chefiadas por mulheres, as mulheres vão ao mercado em busca de atividades remuneradas.

MONTALI (2000) estuda a reestruturação produtiva e as mudanças na divisão sexual do trabalho nos anos 90 na RMSP. Aponta que na segunda metade dos anos 90 acentuam-se algumas mudanças na inserção das mulheres no mercado de trabalho, tais como a entrada em novos postos

de trabalho antes tipicamente masculinos e o aumento da sua participação entre os profissionais de nível superior em profissões de maior prestígio antes reservadas aos do sexo masculino. Mas, apesar dessas mudanças, grande parte das mulheres se concentra ainda em ocupações tradicionalmente femininas, caracterizando a chamada “sexualização” das ocupações, ou seja, a existência de funções e setores de atividade que concentram diferentemente homens e mulheres e que expressam a divisão sexual do trabalho que opera tanto na família como no mercado de trabalho através de conteúdos históricos e culturais.

O setor de atividade econômica que mais sofreu redução dos empregos nesta região nos anos 90 foi o setor industrial e, especialmente, o ramo metal-mecânico, que empregava predominantemente homens. No início da década, a participação das mulheres estava em torno de um quarto dos ocupados no setor industrial.

Por outro lado, é muito pequeno neste setor de atividade o número de mulheres que ocupam cargos de chefia, um dos mais afetados com a redução das hierarquias nas empresas. Além disso, com os processos de inovação e introdução de novos equipamentos, motivo de substituição ou eliminação de homens, sobretudo os muito qualificados, a mulher não é afetada porque raramente ela operava máquinas. A adoção de novas formas de gestão da produção, por sua vez, afeta de forma semelhante homens e mulheres muito qualificados.

Dessa maneira a divisão sexual do trabalho vigente na indústria, objeto de muitos estudos que revelam a desigualdade entre homens e mulheres, possibilitou nesta etapa das reorganizações das atividades econômicas, a redução menos drástica da atividade feminina no mercado de trabalho.

Mas as formas de vinculação das mulheres ao mercado de trabalho através do trabalho autônomo, assalariamento sem registro em carteira de trabalho e em serviços domésticos são frágeis. Esse processo de fragilização das formas de vinculação ao mercado de trabalho vem, por

sua vez, afetando também a inserção masculina, com o crescimento das inserções não regulamentadas (MONTALI, 2000).

O setor de serviços concentra grande parte da força de trabalho feminina nesta região. Este setor continua a oferecer oportunidades de trabalho nos anos 90, apesar de alguns de seus ramos também passarem por reestruturação, tais como os serviços financeiros e o comércio. Dessa maneira, as mulheres estão concentradas em um setor com relativa expansão de oportunidades de trabalho. No entanto, sabe-se que no setor terciário são maiores as possibilidades de vinculações precárias ao mercado de trabalho, o que reduz as chances de inserção da mulher em empregos de qualidade.

As tendências de absorção pelo mercado de trabalho sintetizadas por MONTALI (2000) indicam profundas modificações nas formas de inserção no mercado na RMSP e refletem-se nos arranjos familiares para garantir a sobrevivência. A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho é um fato importante na alteração dos arranjos familiares de inserção articulados pelas famílias nos anos 90.

O crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho deve-se em parte à seletividade do mercado, que ao definir um novo padrão de absorção da força de trabalho, tem possibilitado a manutenção e o crescimento da participação da mulher. Também se deve a alterações nos valores em relação ao papel da mulher na sociedade e a alterações na estruturação dos núcleos domésticos, que tem aumentado a disponibilidade desta, em todas as idades e posições na família, para o mercado de trabalho (MONTALI, 2000).

A divisão sexual do trabalho definida a partir das atribuições de gênero, que, sob a concepção tradicional da família, é evidenciada, por um lado, pelas mais elevadas taxas de participação dos membros masculinos adultos, sejam eles chefes, filhos ou outros parentes adultos, registradas em todos os tipos de família. Por outro lado, limitações que as representações das atribuições femininas impõem à inserção das mulheres cônjuges e mães em atividades

remuneradas são evidenciadas pelas taxas de ocupação mais baixas por elas apresentadas tanto em relação às de outras mulheres em distintas posições familiares, tais como filhas adultas e mulheres chefes de família, como em relação às taxas de ocupação de maridos e de filhos adultos. Não obstante isto, registra-se nesse período e de maneira mais intensa em alguns tipos de família, o acentuado crescimento de sua participação em atividades no mercado (MONTALI, 2000).

Com o recrudescimento do desemprego, que se acentua a partir de 1992, e as novas características dos desempregados, ocorreu um rearranjo entre os diferentes membros no interior das famílias e uma maior mobilização destes para o mercado de trabalho. Algumas das mudanças da estruturação familiar foram uma pequena redução no seu tamanho e uma mais significativa redução na proporção de filhos menores de 10 anos. Alterou-se o padrão de absorção da força de trabalho vigente na década de 90 em relação aos anos iniciais de 80. Assim, nessa nova realidade do mercado de trabalho, alteram-se os arranjos de inserção dos componentes da família.

No que diz respeito às chefes femininas e às cônjuges, ambas componentes responsáveis pela família, há elevação em suas taxas de participação, de ocupação e de desemprego de forma semelhante nas décadas de 80 e 90, ainda que com intensidades distintas. Apresentam semelhanças também no seu perfil de inserção. Estão em sua grande maioria ocupadas no setor de serviços. Apesar das indicações de vinculações precárias, tem sofrido poucas alterações na sua forma de vinculação ao mercado no período 1990-1998 (MONTALI, 2000).

De modo geral, houve clara deterioração da qualidade do emprego na RMSP entre 1990 e 1994 e os anos finais da década, 1997 e 1998. Os impactos foram sentidos em todos os ocupados quando diferenciados por sua posição na família, idade e sexo.

Com base no estudo “*Mulher e mercado de trabalho no Estado de São Paulo*”, publicado pela Fundação SEADE, é possível detalhar um pouco mais a situação das mulheres no mercado de trabalho na RMSP na década de 90.

A Tabela 2 apresenta alguns indicadores econômicos para os anos de 1998 e 1999. A taxa de ocupação das mulheres cresceu 3,3% de 1998 para 1999, ao mesmo tempo em que a taxa de ocupação masculina apresentou queda de 1,3% no período. Assim, o crescimento do desemprego feminino se deve ao crescimento mais intenso da força de trabalho do que da geração de novos postos de trabalho, e o crescimento do desemprego masculino é resultado da retração do seu nível ocupação, visto que sua taxa de participação permaneceu praticamente estável.

TABELA 2: Indicadores Econômicos para 1998 e 1999:

Indicadores	1998	1999
Taxa de Participação (em %)		
Mulheres	50,9	52,0
Homens	72,3	73,4
Taxa de Desemprego Total (em %)		
Mulheres	21,1	21,7
Homens	16,1	17,3
Variação do nível ocupacional (em %)⁽¹⁾		
Mulheres	-1,5	3,3
Homens	-1,1	-1,3
Rendimento Médio (em reais)⁽²⁾		
Mulheres	688	664
Homens	1091	1027

Fonte: SEADE
(1) Em relação ao patamar do ano anterior
(2) Inflator utilizado: ICV do DIEESE. Valores em reais de novembro de 1999

A tabela 3 apresenta a evolução das taxas de participação feminina e masculina de 1989 a 2000. Verifica-se que a taxa de participação feminina tem apresentado crescimento e a taxa de participação masculina tem se mantido estável em todo o período.

Em 2000 a taxa de participação feminina alcançou 52,7%, registrando crescimento em cinco anos consecutivos, e a taxa de participação masculina ficou estável em torno de 73,4%.

Tabela 3 : Taxas de Participação, segundo sexo, RMSP, 1989 – 2000.

Sexo	1989	1992	1994	1998	1999	2000
homens	77,3	75,7	74,3	72,3	73,4	73,4
mulheres	46,1	48,4	47,3	50,9	52,0	52,7

Fonte: SEADE

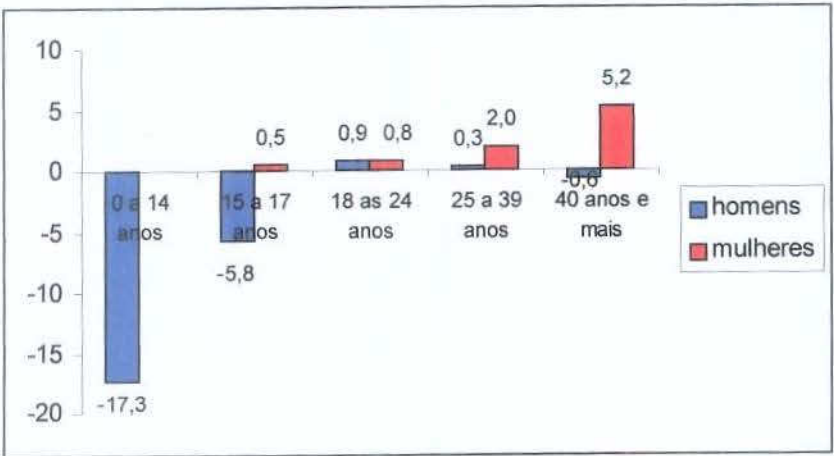
Gráfico 2:



Segundo faixa etária, o SEADE revela que a taxa de participação feminina aumentou em praticamente todas as faixas, exceto para a de 10 a 14 anos. O crescimento mais intenso foi registrado na faixa das mulheres acima de 40 anos (gráfico 3).

GRÁFICO 3: Variação das Taxas de Participação, por Sexo, segundo faixa etária

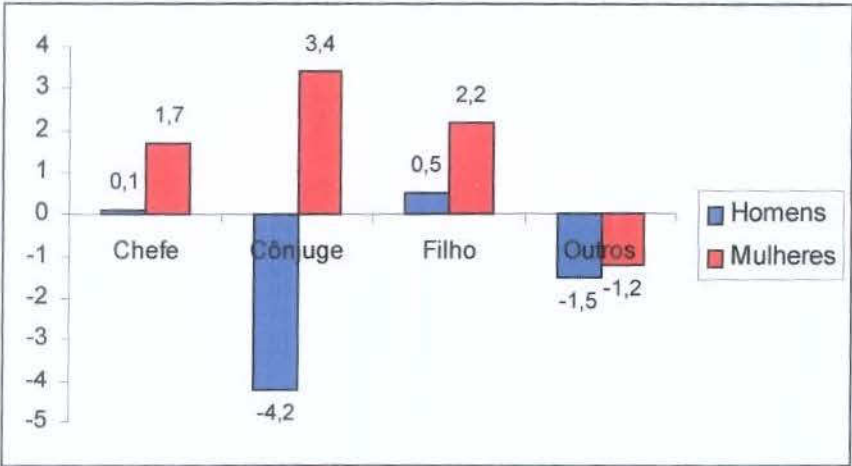
Região Metropolitana de São Paulo, 1998-1999



Fonte: SEADE

Segundo a posição no domicílio, a taxa de participação das mulheres cônjuges cresceu de forma bastante intensa: 3,4% entre 1989 e 1999. Para os homens nesta posição, houve decréscimo de 4,2%. Também a taxa de participação das mulheres chefes apresentou crescimento de 1,7% e a dos homens chefes cresceu apenas 0,1% (gráfico 4). O SEADE ressalta que, no caso das mulheres, esta ampliação da participação de chefes e cônjuges é bastante coerente com o expressivo aumento para as mulheres com 40 anos e mais.

GRÁFICO 4: Variação das Taxas de Participação, por Sexo, segundo Posição no Domicílio
Região Metropolitana de São Paulo – 1989-1999



Fonte: SEADE

Com relação ao nível de escolaridade, o crescimento da participação feminina se deu em todos os níveis, com maior intensidade para a parcela com ensino fundamental completo ou médio incompleto (1,7%) e para aquela com ensino médio completo e superior incompleto (2%). Para os homens houve aumento da taxa de participação apenas para os de nível médio completo ou superior incompleto.

Com relação à taxa de ocupação, a Fundação SEADE revela que em 1999 o nível de ocupacional das mulheres aumentou 3,3%. Quanto aos homens, seu nível de ocupação caiu 1,3%.

Na indústria, a taxa de ocupação feminina cresceu 8% e a taxa de ocupação masculina caiu 4,5%. Para as mulheres houve aumento da ocupação em praticamente todos os ramos de atividade, exceto na metal-mecânica e na alimentação. Também houve aumento de todas as formas de inserção, exceto do emprego assalariado com carteira assinada.

No comércio, o contingente de mulheres ocupadas caiu 2,1%, em todas as formas de inserção, exceto do trabalho assalariado sem carteira e das empregadoras.

Nos serviços, a taxa de ocupação feminina cresceu 2,9% e a masculina cresceu 1,9%. O total de mulheres ocupadas nos serviços domésticos aumentou 5,3%. Na construção civil o número de homens ocupados diminuiu 15,0%, de forma mais intensa para os assalariados sem carteira.

A expansão do número de postos de trabalho na maioria dos segmentos produtivos, exceto no comércio, possibilitou o aumento do nível ocupacional feminino. A retração do número de ocupados na indústria, no comércio e na construção civil, por outro lado, reduziu o nível de ocupação masculino.

Com relação ao desemprego, a taxa de desemprego das mulheres na RMSP cresceu de 21,1% em 1998 para 21,7% em 1999 e a taxa de desemprego masculina passou de 16,1% para 17,3% no mesmo período. Entre as mulheres o aumento do desemprego foi mais acentuado nas faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 39 anos. Para a população masculina o aumento mais acentuado se deu na faixa de 40 anos e mais.

A taxa de desemprego das cônjuges aumentou 19,0% de 1998 para 1999 e a taxa de desemprego das chefes passou de 13,7% em 1998 para 13,8% em 1999. Já para os homens, o desemprego aumentou mais entre os chefes, de forma que a taxa passou de 10,2% em 1998 para 11,4% em 1999.

O rendimento real médio das mulheres ocupadas caiu 3,5% de 1998 para 1999 e entre os homens o decréscimo foi de 5,9%. Embora estes rendimentos venham registrando menor diferença

a cada ano, a remuneração média das mulheres ainda corresponde a 64,7% daquela recebida pelos homens.

1.3 ANÁLISE DA POBREZA NO BRASIL

1.3.1 Os critérios básicos para o estudo de pobreza

A pobreza é um fenômeno que tem várias dimensões, ou que está associada a carências relativas aos diferentes aspectos da condição de vida dos indivíduos. Na medição da pobreza, a renda funciona como *proxy* dessas carências, e possibilita delimitar aquele grupo cuja insuficiência de renda não lhe permite acesso simultâneo a uma série de bens e serviços que são considerados necessários à vida moderna.

O critério da renda para identificar os pobres consiste no cálculo de uma *linha de pobreza*, ou seja, o nível de renda mensal *per capita* que permite à pessoa ter um nível de consumo compatível com a satisfação das necessidades básicas. Assim, a forma mais freqüente de determinar quem é pobre consiste em confrontar a renda familiar *per capita* ao valor da linha de pobreza.

Com base nesse critério, são consideradas pobres as pessoas cujo rendimento familiar *per capita* encontra-se abaixo do valor da linha de pobreza relativa à sua metrópole. A proporção de pobres na população é a razão entre o número de pobres na população e o total da população.

Existem duas formas de cálculo da linha de pobreza com base na renda:

- 1) em termos do *salário mínimo corrente*: originalmente foi determinado a partir de um estudo detalhado das famílias de assalariados de baixa renda, tendo seu valor periodicamente

reajustado, nem sempre exatamente pelo aumento do custo de vida. A linha de pobreza é expressa em termos de um parâmetro nacional único, o salário mínimo.

- 2) em termos do custo de uma *cesta alimentar*: leva em conta a estrutura de consumo e as evoluções diferenciadas dos custos de vida. Reconhece que existem diferentes estruturas de consumo entre regiões metropolitanas, e assim toma-se como base as *cestas* verificadas em cada uma delas para as camadas de baixa renda. É determinada a necessidade alimentar média de cada área, de acordo com requerimentos nutricionais que variam em função de fatores como idade, sexo, peso, altura, nível de atividade de cada pessoa, entre outros. As cestas de alimentos específicas a cada área são definidas de forma a contemplar a diversidade de preferências de consumo, bem como diferenças na disponibilidade e no preço dos alimentos existentes entre as diversas áreas (FAVA, 1984).

Existem, no entanto, algumas controvérsias com relação à forma como se deve calcular a linha de pobreza. HOFFMANN (2000), por exemplo, aponta que é um erro comparar as medidas de pobreza calculadas em diferentes períodos usando o salário mínimo corrente como linha de pobreza em cada período, pois os resultados podem refletir essencialmente alterações no valor real do salário mínimo, e não mudanças no grau de pobreza absoluta da população. A mesma observação é feita por ROCHA (1996b), que aponta que “há restrições com relação ao uso do salário mínimo como linha de pobreza, pois não há garantia de que o valor arbitrado permita atender às necessidades básicas do indivíduo, e ainda, que ao adotar um parâmetro nacional se ignoram os significados diferenciais de custo de vida dos pobres entre estratos de residência (urbano, rural, metropolitano) e regiões”.

É importante assinalar que a mensuração da pobreza também pode ser feita mediante suas manifestações ou conseqüências, como as condições inadequadas de habitação, a mortalidade infantil, a desnutrição, etc. “O crescimento de uma criança, especialmente nos primeiros anos de vida, é muito sensível aos efeitos da desnutrição causada por alimentação inadequada e/ou

problemas de saúde, geralmente associados à pobreza” (HOFFMANN 1998). ROCHA (1996b) também enfatiza que os indicadores de insuficiência de renda podem ser combinados com outros critérios, gerando uma caracterização ainda mais severa da pobreza. “Um critério complementar à renda pode ser, por exemplo, o saneamento básico, considerado essencial para todos e não medido pelo critério renda-consumo privado. As características das famílias e das pessoas também devem ser analisadas, possibilitando a delimitação de cortes de prioridade social no combate à pobreza” ROCHA (1996b). Famílias pobres com crianças, por exemplo, podem ser alvo preferencial da atuação de programas nas áreas de alimentação, saúde, educação, o que permite contornar a insuficiência de recursos no presente e investir na redução da pobreza no futuro (ROCHA, 1996b).

Segundo HOFFMANN (2000), a mensuração da pobreza exige que se defina a unidade de análise que será considerada e qual a renda. Em outras palavras, é necessário especificar qual é a variável e qual é a população analisada. Entre outras, podem ser analisadas:

- a) o rendimento de famílias residentes em domicílios particulares; e
- b) o rendimento *per capita* de pessoas de famílias residentes em domicílios particulares.

Essas duas distribuições permitem analisar o nível de vida (ou bem-estar) das pessoas. Assim, é apropriado considerar todas as pessoas classificadas conforme seu rendimento familiar *per capita*, já que os membros de uma família em geral compartilham a renda total da família. Para ROCHA (1996b), a variável renda familiar *per capita* também é a mais adequada, pois leva em consideração todos os rendimentos das pessoas do núcleo familiar, o número de pessoas e o papel da família como unidade solidária de consumo e rendimento

O rendimento familiar *per capita* é obtido dividindo o rendimento de cada família pelo respectivo número de pessoas na família, incluindo a pessoa de referência, o cônjuge, os filhos, os outros parentes e agregados, mas excluindo os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes de os empregados domésticos.

LOPES e GOTTSCHALK (1990) comentam o que significa utilizar a família como unidade de análise (tendo como principal instrumento analítico a renda familiar *per capita*) e os tipos de família definidos de acordo com o *ciclo familiar*, isto é, de acordo com as mudanças que podem ocorrer na família durante o ciclo vital familiar, desde a sua constituição, com o crescimento dos filhos, separações e mortes que as quebram e, posteriormente com a saída dos filhos de casa para formar outras unidades familiares, deixando por fim a sós o casal idoso, a viúva ou o viúvo.

Para estes autores, para estudar a pobreza é necessário analisar famílias e nunca indivíduos. Uma das principais diferenças na situação de pobreza se dá segundo os diversos tipos familiares. Na família domiciliar, em primeiro lugar, se juntam todos os rendimentos e dentro dela o consumo ocorre em comum, nivelando no seu interior a satisfação das necessidades de seus membros. O relativo bem-estar ou a pobreza da família dependerá, assim, não apenas do nível das remunerações obtidas por alguns de seus membros, mas também das características sócio-demográficas da família, em particular do seu tamanho e da distribuição sexo-idade dos seus membros.

Por outro lado, é na família que se conjugam as características dos seus membros (não só as diretamente relevantes para o trabalho, como a educação e a qualificação, como também as pessoais, como sexo e raça) com as demandas específicas dos mercados de trabalho da economia. “Assim, é na família domiciliar, com a composição sócio-demográfica que tem num dado momento do ciclo familiar, que se combinam e socializam os efeitos das chances diferenciais de seus vários membros participarem do mercado de trabalho e de auferirem renda” (LOPES e GOTTSCHALK, 1990).

Ainda sobre a utilização da família como unidade básica de análise, BARROS e MENDONÇA (1995), em estudo sobre a relação entre pobreza, estrutura familiar e trabalho, também enfatizam a importância da família como uma instituição fundamental no processo de

distribuição dos recursos da sociedade, de forma que o bem estar de cada membro sem renda é totalmente determinado pelos recursos da família a que pertence. Assim, apontam para a existência de uma relação íntima entre família e pobreza.

“A família é uma instituição capaz de distribuir tanto trabalho quanto recursos entre seus membros em função de normas de solidariedade. A família ampara seus membros quando estes se deparam com limitações que impedem o acesso ao mercado de trabalho, e tornam-se incapazes de satisfazer suas necessidades através da compra e da venda de bens e serviços no mercado” (SOUZA, 2000).

Segundo LEONE, (1994) “a família é o âmbito da tomada de decisões relativas tanto ao consumo quanto à atividade econômica dos seus membros, que é uma das fontes principais da renda familiar. Ela é mais do que uma simples reunião de pessoas, sendo possível identificar uma estratégia ao nível do conjunto da família que influi fortemente nas diversas decisões individuais. O relativo bem-estar das famílias não depende somente do nível de renda que elas conseguem alcançar mas também do número e das características dos membros que devem satisfazer suas necessidades com esse poder de compra”.

BARROS e MENDONÇA (1995) apontam ainda que as funções da família vão muito além da simples coleta dos recursos dos diversos membros e sua distribuição eqüitativa. A família funciona como unidade de decisão, indicando como os recursos humanos, físicos e financeiros devem ser aplicados e distribuídos (por exemplo, a família tem forte influência sobre a decisão de quais membros devem participar do mercado de trabalho, quais devem participar das tarefas domésticas e quais devem estudar e participar de programas de treinamento). Exerce também influência sobre o padrão de consumo adotado, isto é, que bens e em que quantidade serão consumidos. Além disso, o bem estar de uma família não é função apenas do volume de recursos disponíveis, mas também do tamanho e da estrutura familiar.

Adicionalmente, estes autores destacam que há uma relação evidente entre pobreza e mercado de trabalho. A quase totalidade da renda familiar das famílias de baixa renda é proveniente da remuneração do fator trabalho, dependendo, portanto, tanto da quantidade e qualidade da mão de obra ofertada pela família quanto da qualidade dos empregos a que seus membros têm acesso. A pobreza está então ligada tanto ao processo de geração da renda do trabalho (dado que esta é fundamentalmente a única fonte de renda das famílias pobres) quanto à família (em função do seu papel redistributivo).

Ainda segundo BARROS e MENDONÇA, a ordenação das famílias em termos de bem estar pode ser obtida da ordenação em termos da renda familiar *per capita*. Segundo os autores, o uso da renda *per capita* permitiria isolar os efeitos que a estrutura da família teriam sobre a condição de pobreza dos efeitos do mercado de trabalho. Assim, identificam se uma família é pobre da seguinte forma:

- a) Se é baixa a proporção de membros com algum rendimento; ou
- b) Se é baixa a renda média daqueles com algum rendimento.

Colocam que a parcela da pobreza que se deve ao baixo rendimento dos membros que trabalham pode ser considerada como a parte explicada pela natureza e funcionamento do mercado de trabalho e pela qualidade da mão de obra ofertada pela família. A parcela da pobreza que se deve à baixa proporção de membros no mercado de trabalho pode ser considerada como parte a ser explicada pela composição e estrutura familiar. Para eles então, a família é pobre ou porque poucos membros trabalham ou porque aqueles que trabalham recebem baixos salários. No primeiro caso a razão da pobreza está relacionada à composição e à estrutura familiar, enquanto no segundo caso a razão está relacionada ao mercado de trabalho.

Dado que a proporção de membros que trabalham é o produto da fração dos membros da família em idade para trabalhar pela fração dos membros em idade para trabalhar que trabalham, uma família pode ser pobre:

- a) porque tem uma baixa proporção de adultos (alta razão de dependência); ou
- b) porque a taxa de ocupação dos adultos é baixa; ou
- c) porque a renda média dos adultos que possuem algum rendimento é baixa.

TELLES (1994), por sua vez, também afirma que a condição de pobreza tem como um de seus condicionantes básicos a configuração familiar. A renda familiar depende do número de membros disponíveis e capazes de conseguir emprego (o que depende de seu sexo e idade) e do número de dependentes (e também da sua idade). Períodos de recessão ou de recuperação econômica, alternando as possibilidades de se conseguir determinadas espécies de emprego e mudando suas remunerações, afetam diferentemente os tipos de família, fazendo com que, conforme estes, proporções maiores ou menores piores ou melhores suas rendas familiares *per capita*, ficando assim, abaixo ou acima das linhas de pobreza.

É por isso que, na relação entre família e pobreza, as exigências da sobrevivência acabam mobilizando intensamente mulheres e filhos para o mercado de trabalho. Mas, segundo TELLES, diferentemente do que parece óbvio pela grande ocorrência, isso não é uma trivialidade, pois essa é uma mobilização que não encontra nenhum limite fora dos limites naturais do ciclo vital dos indivíduos e das famílias. A mobilização ocorre porque não existem regras, parâmetros ou limites de qualquer tipo que permitam preservar, ao menos potencialmente, aqueles que poderiam, ou deveriam ou gostariam de se manter fora do mercado de trabalho.

Para a entrada no mercado de trabalho é certo que não há compulsão apenas das necessidades. “Entre família e mercado atuam disposições normativas, normas culturais e valores morais que definem a disponibilidade real ou virtual de homens, mulheres e crianças para o mercado. Seja como for, o processo de proletarianização mobiliza a família como um coletivo, sem que haja regras que definam as condições de entrada e saída do mercado. Os únicos limites são dados por essa esfera em que natureza e cultura se encontram na constituição da família como espaço de sobrevivência, mas também de sociabilidade e construção de identidades. Limites,

portanto, fora de um espaço propriamente civil, espaço construído pelo ‘artifício humano’ que são as leis e os direitos que regem – ou deveriam reger – a vida social, fornecendo ao mesmo tempo os parâmetros e a medida a partir da qual situações de vida e trabalho possam ser problematizadas e julgadas nas suas exigências de equidade” (TELLES, 1994).

As famílias vêm sofrendo o impacto da modernização das sociedades, que provoca, por exemplo, mudança de valores e a redivisão do trabalho social. Mudanças na hierarquia familiar, por sua vez, alteram a estrutura organizacional das famílias. Combinados, esses efeitos criam um novo papel para as famílias dentro dos sistemas de solidariedade, limitando sua capacidade de funcionar como instituição de assistência. A perda de capacidades assistenciais da família resulta em novas formas de organização dos indivíduos em unidades de convivência diferentes da família nuclear estável (SOUZA, 2000).

A maior diferenciação dos arranjos familiares cria novos riscos e, portanto, novas necessidades e expectativas, como, por exemplo, as expectativas referentes à liberalização das mulheres do trabalho doméstico, ou ao menos, da responsabilidade exclusiva por ele, à educação das crianças e ocupação de seu tempo livre fora da esfera domiciliar.

SOUZA (2000) faz uma discussão sobre a importância dos estudos sobre a composição e a organização das famílias para a formulação de políticas sociais na América Latina. Em meio a esta abordagem destaca que a estruturação do *Welfare State* depende de famílias estáveis e organizadas de maneira a absorver os riscos não cobertos pelo Estado e pelo mercado. A idéia é que há nas sociedades modernas três "pilares" de sustentação dos indivíduos: o mercado, o Estado e a família. O Estado acionaria políticas de proteção quando os indivíduos não pudessem contar com o mercado para garantir seu bem-estar. As lacunas não preenchidas por essas políticas seriam responsabilidade da família.

"Para ESPING ANDERSEN (1999), no entanto, o *Welfare State* superestimou a capacidade das famílias de enfrentar, sob formas de organização distintas do modelo nuclear

estável, novos riscos decorrentes de, por exemplo, mudanças na configuração do mercado de trabalho" (SOUZA, 2000).

"Algumas das novas formas familiares possuem menor capacidade de atuar nas lacunas do Estado e compõe os grupos mais vulneráveis à pobreza da sociedade. Essa vulnerabilidade apresenta uma distinção por sexo, já que as mulheres prevalecem nessas famílias" (SOUZA, 2000). Essas famílias são muito menos estáveis e as mulheres têm que encarar a dupla jornada do mercado de trabalho e das obrigações domésticas. O arranjo familiar monoparental é também bastante mais vulnerável à pobreza, comparado com as famílias constituídas por casais onde há a possibilidade de dupla renda do trabalho.

"(...) Os efeitos das características das famílias sobre a chance dela ser pobre faz com que seja possível identificar tipos especiais de família que, por desvantagens específicas, têm alta probabilidade de serem pobres. É o caso por exemplo, de famílias chefiadas por mulher com muitos filhos menores e as formadas por casais idosos sem filhos." (LEONE, 1994).

As mudanças na distribuição dos tipos de famílias de uma determinada região ocorrem muito lentamente e na América Latina, por exemplo, as alterações nos tipos de famílias foram pequenas entre 1986 e 1994. As tendências das mudanças são no sentido do aumento dos domicílios unipessoais e das famílias chefiadas por mulheres, e de redução das famílias extensas e compostas. A principal mudança ocorrida nesse período diz respeito à estrutura etária dos membros da família com forte diminuição do número de famílias com filhos menores (SOUZA, 2000).

"As oportunidades de bem-estar variam segundo os tipos e estruturas familiares. Segundo a CEPAL as famílias com maior risco de pobreza na América Latina são, em termos gerais, as extensas e compostas e as chefiadas por mulheres. As menos vulneráveis são as famílias sem filhos e as unipessoais chefiadas por homens. A possibilidade de pertencer a um domicílio pobre varia também em função da educação média dos adultos e da quantidade de membros participando

do mercado de trabalho. Assim como as famílias com maior razão de dependência de jovens - as famílias com filhos menores de 18 anos cujos pais têm menos de nove anos de estudo - são as de maior probabilidade de se encontrarem na pobreza (CEPAL, 1997)" (SOUZA, 2000).

Na década de 90 os programas de geração de investimento social, geração de emprego, políticas sociais de cooperação e solidariedade focalizam as famílias como unidade básica para implementação de reformas. A CEPAL vem elaborando anualmente o *Panorama Social de America Latina* destacando a relevância dos temas da pobreza, emprego e integração social. Com relação ao desemprego, a família é unidade de estudo, com destaque para o volume de emprego, em especial entre os jovens e as mulheres, e sua qualidade. A criminalidade é destacada como um problema grave da desintegração social e tem como causas não apenas a pobreza e a falência dos sistemas policiais e jurídicos, mas também a desestruturação do papel da família na sociedade.

1.3.2. Estudos recentes sobre a pobreza no Brasil

Essa seção traz uma análise preliminar das mudanças ocorridas na situação da pobreza no Brasil e, mais especificamente na RMSP, com base na revisão bibliográfica de estudos que focalizam a pobreza das famílias e em particular as famílias chefiadas por mulheres.

BARROS et alli (2000) fazem uma análise da evolução temporal da indigência e da pobreza no Brasil nas últimas décadas, o que permite confrontar o nível de pobreza da década de 80 com a pobreza nos anos 90. Na tabela 4 os autores informam o percentual de pobres e indigentes e o grau de desigualdade na distribuição de renda de 1977 a 1999.

Em 1999 cerca de 14% da população brasileira vivia em famílias com renda inferior à linha de indigência e 34% em famílias com renda inferior à linha de pobreza. Os dados da tabela mostram que, neste ano, 22,6 milhões de brasileiros são classificados como indigentes e 53,1 milhões como pobres.

No decorrer das últimas décadas, a intensidade da pobreza manteve um comportamento de relativa estabilidade, com apenas duas contrações, em 1986 e 1995, anos de implementação dos planos de estabilização, o Plano Cruzado e o Plano Real, respectivamente. A porcentagem de pobres oscilou entre 40% e 45% da população e as flutuações estiveram associadas à instabilidade macroeconômica do período. Como podemos ver na tabela, o mais alto grau de pobreza, que ultrapassou os 50%, se deu entre 1983 e 1984, anos de forte recessão. Já nos anos de retomada da economia, coincidentes com os planos de estabilização, a porcentagem de pobres caiu para os 30%.

No total do período, vemos que a porcentagem de pobres caiu, passando de 39,6% em 1977 para 34,1% em 1999. Mas, como resultado do crescimento populacional, o número absoluto de pobres aumentou de 40,7 milhões em 1977 para 53,1 milhões em 1999.

A desigualdade na distribuição de renda no Brasil pode ser verificada analisando-se a evolução do coeficiente de Gini. Este se manteve em um patamar de 0,60. Como o índice de Gini varia entre zero e um, um índice igual a 0,6 representa um elevado nível de desigualdade na distribuição da renda.

CIOFFI (1998) faz uma pesquisa baseada em dados da Pesquisa de Condição de Vida (PCV) da RMSP para o ano de 1994, com o objetivo de identificar as principais transformações por que vem passando as famílias nos últimos anos. Mais especificamente, caracteriza as estratégias materiais das famílias pobres da RMSP em relação à sua vulnerabilidade à pobreza. Essa pesquisa domiciliar trabalha com o conceito de pobreza não só referente à insuficiência de renda das famílias, como também outras carências relativas à instrução, moradia, emprego e acesso a serviços de saúde. A autora centra a análise nas famílias, pois as condições de vida de cada indivíduo dependem menos da situação específica dos indivíduos do que daquela que caracteriza as condições de vida de sua família.

Tabela 4: Evolução temporal da indigência e da pobreza no Brasil e o grau de desigualdade na distribuição de renda

Ano	percentual de indigentes	número de indigentes (em milhões)	percentual de pobres	número de pobres (em milhões)	Coefficiente de Gini (*)
1977	17,0	17,4	39,6	40,7	0,62
1978	21,8	23,2	42,6	45,2	0,60
1979	23,9	26,0	38,8	42,0	0,60
1981	18,8	22,1	43,2	50,7	0,59
1982	19,4	23,4	43,2	52,0	0,59
1983	25,0	30,7	51,1	62,8	0,60
1984	23,6	29,8	50,5	63,6	0,59
1985	19,3	25,1	43,6	56,9	0,60
1986	9,8	13,1	28,2	37,6	0,59
1987	18,5	25,1	40,9	55,4	0,60
1988	22,1	30,6	45,3	62,6	0,62
1989	20,7	29,3	42,9	60,7	0,64
1990	21,4	30,8	43,8	63,2	0,62
1992	19,3	27,1	40,8	57,3	0,58
1993	19,5	27,8	41,7	59,4	0,60
1995	14,6	21,6	33,9	50,2	0,60
1996	15,0	22,4	33,5	50,1	0,60
1997	14,8	22,5	33,9	51,5	0,60
1998	14,1	21,7	32,8	50,3	0,60
1999	14,5	22,6	34,1	53,1	0,60

Fonte: BARROS et alli, 2000.

(*)O coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda.

Mudanças sócio-demográficas e comportamentais (como a redução da nupcialidade, o aumento das uniões consensuais, o aumento das separações e o avanço da expectativa de vida da população, especialmente das mulheres) vêm afetando as condições de vida das famílias. A tendência é que ocorra uma diversificação das famílias e surjam novas condições de vida conjunta

das pessoas. A família tradicional (casal com filhos) é o arranjo dominante, mas tende a reduzir seu peso relativo na população, enquanto as famílias monoparentais (presença da pessoa de referência e filhos, sem cônjuge) tendem a aumentar seu peso relativo. Destaca-se como aspectos econômicos a maior participação das esposas e filhos na geração da renda familiar. Social e culturalmente, vêm surgindo novos padrões de hierarquia dentro das famílias.

Desde a década de 60 vem ocorrendo uma transição demográfica que vem proporcionando essas mudanças. O processo de transição consiste no declínio da taxa de mortalidade, declínio da taxa de fecundidade, aumento da esperança de vida, alargamento das diferenças de mortalidade por sexo, fazendo com que predominem as mulheres nas famílias idosas.

O resultado disso é a redução do tamanho médio da família e o aumento da proporção de famílias menores na população. O número médio de filhos por mulher passou de 4,0 para 3,4 e 2,5 em 1970, 80 e 90, respectivamente. Isso se deu em meio a um modelo econômico excludente, a crise dos anos 80 e a recessão do início da década de 90.

O projeto de sobrevivência familiar torna-se coletivo, não mais centrado no modelo do chefe provedor, mas dado pela soma dos salários de todos os membros.

A participação das mulheres no mercado de trabalho se intensificou, resultado de uma maior escolaridade e qualificação para o mercado de trabalho.

A fundação SEADE, com base na PED (pesquisa de Emprego e Desemprego) de 1985 a 1993 realizou um estudo para as famílias para a RMSP, a PCV (Pesquisa de Condição de Vida), que mostra:

- 1 – redução da proporção de famílias formadas por casais e crescimento da proporção de famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge e com filhos;
- 2 – crescimento das pessoas morando sozinhas;
- 3 – surgimento de novos arranjos familiares;
- 4 – expansão da proporção de famílias na fase adulta.

A PCV descreve os tipos de famílias mais frequentemente encontrados e constrói um panorama geral da situação das famílias e sua vulnerabilidade às condições de pobreza. Os tipos de famílias contemplados são:

- 1 – casal com filhos;
- 2 – casal sem filhos;
- 3 – chefes sem cônjuge, com filhos;
- 4 – pessoas morando sozinhas.

O tipo de família “casal com filhos” representa 50% de todas as famílias metropolitanas. O chefe é predominantemente do sexo masculino. A idade média do chefe no ciclo de vida jovem é de 32,1 anos, no adulto é 44,5 e no velho é 59,8 anos. O número médio de filhos por casal é 2 na fase jovem, 2,5 na adulta e 1,8 na velha. 52% das famílias metropolitanas tem 1 ou 2 filhos residindo no mesmo domicílio.

Entre as famílias jovens, 64% possui filhos de 0 a 6 anos. Neste caso a família se organiza em torno do chefe, a quem cabe a responsabilidade pelo sustento familiar. Assim, 98,2% dos chefes dessas famílias estavam inseridos no mercado de trabalho, ocupados ou desempregados. Já os cônjuges, 5% estavam na inatividade. A principal contribuição para a renda familiar é do chefe (83%).

Entre as famílias adultas, 50,4% dos filhos estão entre 7 e 14 anos e 43,5% dos filhos têm mais de 15 anos. A idade mais elevada dos filhos contribui para liberar o cônjuge para o mercado de trabalho, de forma que nas famílias adultas, 51% das cônjuges estão no mercado de trabalho. 55% dos filhos jovens dessas famílias e 94% dos chefes estavam no mercado de trabalho. A contribuição do chefe na renda familiar é de 67,6%, a dos filhos é 14,6% e a dos cônjuges é 16%. A entrada dos filhos no mercado de trabalho alterou a composição da renda familiar segundo posição na família.

Na fase velha, 83,4% dos filhos tem idade superior a 18 anos. Contribuem com 40% da renda familiar, enquanto a participação do chefe na renda é de 50,5% e a do cônjuge é 8%.

As famílias constituídas por “casais sem filhos” correspondiam a 10,7% das famílias metropolitanas. O chefe é essencialmente masculino. Essas famílias se distribuem entre o ciclo jovem e o velho. A idade média do chefe no ciclo jovem é 28,1 e no velho é 66,5 anos.

Na fase jovem 90% dos chefes e 63% dos cônjuges estão no mercado de trabalho. Já na fase velha, 69% dos chefes e 81,8% dos cônjuges são inativos. Na fase jovem os chefes contribuem com 70% da renda familiar e os cônjuges com 30%. Na fase velha o chefe contribui com 76,6% e o cônjuge com 18,8%.

As “famílias com chefe mulher sem cônjuge”, com filhos representam 10,5% das famílias metropolitanas em 94. São famílias que se distribuem equilibradamente entre a fase jovem, adulta e velha. São famílias que inicialmente eram do tipo casal com filhos, mas que houve separação ou viuvez de um dos cônjuges. No caso de separação, em geral os filhos ficam com as mães. Cresce também o número de mães solteiras.

Essas famílias têm uma médias de 2 filhos. 75,1% das famílias tem entre 1 e 2 filhos, sendo 30,6% de 7 a 14 anos e 41,1% acima de 18. 70% das chefes estão no mercado de trabalho (ocupadas). 63,8% dos filhos estão no mercado de trabalho.

As chefes mulheres contribuem com 67,1% e os filhos com 30,1% para a renda familiar. A renda familiar total média dessas famílias é considerada baixa, de R\$ 584, 39. É evidente a maior vulnerabilidade dessas famílias à pobreza. Na ausência do chefe masculino, a mulher e filhos adolescentes são obrigados a se inserirem no mercado de trabalho, e isso muda a posição do principal provedor de renda da família (têm dificuldades de inserção qualificada no mercado de trabalho).

Essas famílias apresentam grande fragilidade como atributo estrutural. Quase sempre estão associadas à pobreza, visto que a falta do principal provedor já é uma característica que as

colocam em situação mais desvantajosa. “Estão em uma situação estavelmente má”, qualquer que seja a conjuntura econômica. Quando apresentam filhos adultos ou jovens ocupados no mercado de trabalho, apresentam condições mais favoráveis, pela estratégia coletiva da soma dos salários de seus membros.

Finalmente, as “famílias unipessoais” (pessoas que moram sozinhas) correspondem a 7,7% das famílias metropolitanas. 3,2% são homens e 4,5% são mulheres. Concentram-se na fase jovem e na velha. As mulheres se concentram na fase velha e os homens na fase jovem. 78% dos homens e 38,2% das mulheres encontravam-se ocupados. A renda média auferida pelos homens é bastante mais elevada que a das mulheres.

BARROS e MENDONÇA (1995) investigaram a razão para a diferença *per capita* entre o Brasil e os países industrializados, levando em conta a composição etária, a taxa de ocupação, a qualidade do trabalhador e a qualidade do emprego. Constataram que a mais baixa renda *per capita* no Brasil não pode ser explicada nem por uma alta razão de dependência (baixa proporção da população em idade para trabalhar) nem por uma baixa taxa de ocupação. A explicação mais factível é a baixa qualidade da força de trabalho e a baixa qualidade do emprego, sendo a baixa qualidade da força de trabalho o fator de maior importância.

Em seguida os autores procuraram determinar se a composição etária e o grau de utilização econômica dos adultos no mercado de trabalho permanecem sem grande importância para explicar o elevado grau de pobreza no Brasil, mesmo quando se inclui na análise o efeito sobre o grau de pobreza, no grau de desigualdade na distribuição destes fatores e do seu grau de associação com a renda por trabalhador. O estudo empírico demonstrou que não existe uma relação significativa entre razão de dependência e capacidade de renda da família, isto é, não é verdade que os adultos de baixa renda tem um número de filhos maior. Logo, essa associação não tem impacto sobre o grau de pobreza no Brasil.

Outro resultado constatado foi a existência de uma associação negativa entre utilização dos membros adultos na família e a renda do chefe. Essa associação tende a aumentar tanto a renda média quanto o grau de desigualdade da renda e, portanto, tem um resultado ambíguo sobre o nível de pobreza. Mostram que se a pobreza for medida com base no hiato de renda *per capita*, o efeito líquido é um aumento no grau de pobreza, e então se percebe que o grau de pobreza no Brasil é parcialmente mascarado pelo fato de as famílias com chefes mais pobres usarem mais intensamente seus membros adultos no mercado de trabalho.

Um terceiro resultado é que tanto a variabilidade no inverso da razão de dependência entre as famílias com idêntica renda familiar por adulto quanto a variabilidade no grau de utilização dos membros adultos entre famílias com idêntica renda do chefe tem impactos significativos sobre o grau de pobreza.

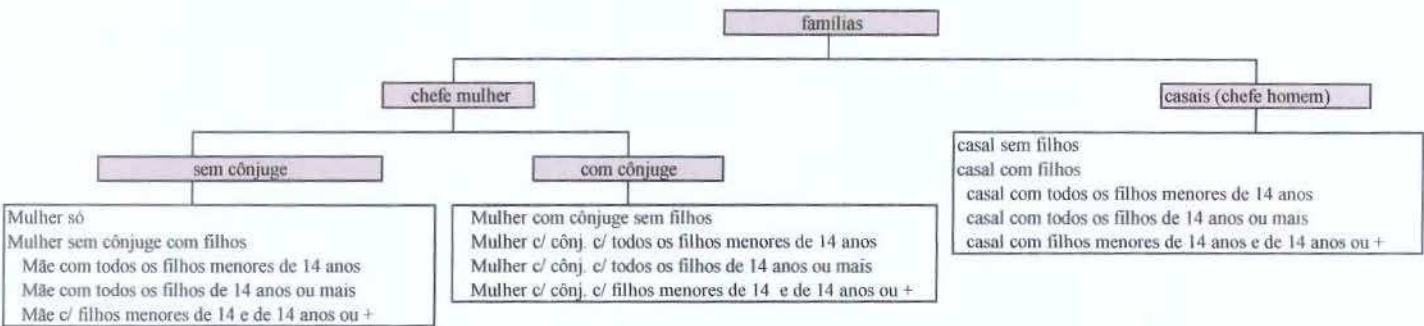
Com relação a este último aspecto, estudos revelam a incidência de pobreza nas famílias chefiadas por mulheres (Figueiredo, 1990). A UFRJ, em estudo realizado para a região metropolitana do Rio de Janeiro, constatou que todas as famílias chefiadas por mulheres com quatro crianças ou mais na RMRJ são pobres. Segundo os autores do trabalho, a associação dos atributos sexo do chefe e número de filhos tem um impacto particularmente perverso sobre a suscetibilidade à pobreza.

BARROS (1993) analisa a pobreza das unidades familiares do RJ que têm uma mulher como chefe de família. Dentre os resultados, constata o crescimento da proporção de famílias com chefe mulher e a ocorrência disto é significativamente maior entre as famílias pobres, o que significa que grande parte das famílias chefiadas por mulheres é pobre, ou ainda, que há uma forte relação entre família chefiada por mulher e pobreza.

CAPÍTULO 2 - FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES

2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES

A caracterização das famílias das mulheres chefes baseou-se na seguinte tipologia familiar:



Os tipos de família foram construídos utilizando-se primeiramente a denominação de mulher, complementando com a presença ou não do cônjuge e filhos. Para efeito de comparação a tipologia foi ampliada para as famílias constituídas por casais em que o chefe é o homem. As famílias com chefe masculino que vivem só, sem cônjuge, foram desprezadas, pois representam uma porcentagem muito pequena das famílias e também porque o interesse está em estudar as características da mulher.

Segundo a PNAD, considera-se como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência ou normas de convivência, que residem numa mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Dentro de cada família as pessoas são classificadas em função da relação com a pessoa de referência ou com o seu cônjuge. Assim, para a PNAD o conceito de chefe de família se refere à pessoa de referência, ou seja, a pessoa responsável pela família.

Com base nessa metodologia foram construídas as **Tabelas 5 e 6**, que reúnem todos os tipos familiares encontrados na RMSP. Verificou-se um total de 5.124.618 famílias, das quais 28,7%

são chefiadas por mulheres e 71,3% são chefiadas por homens (Tabela 6). O número de famílias com chefe mulher, portanto, já passa de um quarto do total de famílias da RMSP.

Dentre as famílias que possuem chefe mulher, elas se dividem em famílias em que não há a presença do cônjuge (mulher só e mãe com os filhos) e famílias em que o cônjuge está presente (mulher chefe e cônjuge, com ou sem filhos). Nas famílias em que o chefe é o homem, há aquelas em que há a cônjuge (casais, com ou sem filhos) e aquelas em que o homem vive só (com ou sem filhos). Este último tipo familiar, como já foi dito, será desprezado, uma vez que o que interessa é caracterizar as famílias das mulheres chefes e compará-las com o tipo familiar mais freqüente, o das famílias constituídas pelos casais.

Com base na **Tabela 5** verificamos que a grande maioria das famílias com chefe mulher vive sem o cônjuge (82,2%), ou seja, são mulheres que vivem só ou com os filhos. No entanto, 17,8% das famílias em que a chefe é mulher o marido está presente, ou seja, são famílias constituídas por casais em que a mulher é declarada pessoa de referência. Não entraremos aqui na discussão dos fatores que levaram essas mulheres a se declararem chefe quando da presença do marido, o que é convencionalmente pouco usual, e sim consideramos que quando a pessoa de referência é do sexo feminino a família é chefiada pela mulher.

Do total das famílias em que o chefe é o homem, constata-se que 89,3% dessas famílias é constituída por casais, ou seja, são famílias em que vivem o chefe homem e a cônjuge, com ou sem filhos. Existe ainda uma porcentagem pequena de famílias em que o chefe é o homem e não há a presença da cônjuge, sendo famílias constituídas pelo homem só ou o pai vivendo com os filhos (10,7%). Para a análise comparativa dos tipos familiares estas famílias não são relevantes.

TABELA 5: Tipos familiares

Tipo de família	Nº de famílias	%
CHEFE MULHER:		
Sem Cônjuge	1.215.507	82,2
Com Cônjuge	262.632	17,8
Total de famílias chefiadas por mulheres	1.478.139	100,0
CHEFE HOMEM:		
Com Cônjuge (Casais)	3.255.079	89,3
Sem Cônjuge	390.559	10,7
Total de famílias chefiadas por homens	3.645.638	100,0

Fonte: PNAD/1999.

TABELA 6: Tipos familiares

Tipo de família	Nº de famílias	%
CHEFE MULHER SEM CÔNJUGE	1.215.507	23,6
Mulher só	354.384	6,9
Mulher sem cônjuge com filhos	861.123	16,7
Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	308.072	6,0
Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais	432.675	8,4
Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	120.376	2,3
CHEFE MULHER COM CÔNJUGE	262.632	5,1
Mulher com cônjuge sem filhos	69.023	1,3
Mulher com cônjuge com todos os filhos menores de 14 anos	93.437	1,8
Mulher com cônjuge com todos os filhos de 14 anos ou mais	53.874	1,1
Mulher com cônjuge com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	46.298	0,9
Total de famílias chefiadas por mulheres	1.478.139	28,7
CHEFE HOMEM (CASAIS)	3.255.079	63,5
Casal sem filhos	625.426	12,2
Casal com filhos	2.629.653	51,3
Casal com todos os filhos menores de 14 anos	1.273.578	24,9
Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais	822.392	16,1
Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	532.841	10,4
Casal com filhos sem declaração de idade dos filhos	842	0,0
CHEFE HOMEM (SEM CÔNJUGE)	390.559	7,6
Homem só	290.395	5,7
Homem com filhos (sem cônjuge)	100.164	1,9
Homem com todos os filhos menores de 14 anos	20.199	0,4
Homem com todos os filhos de 14 anos ou mais	64.815	1,3
Homem com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	15.150	0,3
Total de famílias chefiadas por homens	3.645.638	71,3
Outros	841	0,01
Total de famílias	5.124.618	100,0

Fonte: PNAD/1999.

A partir da **Tabela 7** é possível analisar comparativamente os três tipos familiares: as famílias em que a chefe é mulher e não há o cônjuge, as famílias com chefe mulher que vive com o cônjuge e as famílias constituídas por casais onde o chefe é homem.

Verifica-se que do total de famílias chefiadas por mulher, 32,9% são constituídas pela filhos podem de alguma forma contribuir para a renda familiar. No entanto, é alta a porcentagem de famílias com todos os filhos menores de 14 anos (27,2%), que são os casos onde a mãe é a única responsável pelo sustento familiar. É grande também a quantidade de famílias em que a chefe é mulher e não há filhos (28,6%), casos em que a mulher vive só.

Já nas famílias em que o chefe é o homem, 39,1% são constituídas pelo casal com todos os filhos menores de 14 anos. São famílias em que apesar de os filhos ainda não contribuírem para a família com alguma forma de rendimento, há a presença do cônjuge, que provavelmente contribui para a renda familiar. Em seguida vem as famílias constituídas por casais com todos os filhos maiores de 14 anos (25,3%). As famílias em que o chefe é homem e não há filhos correspondem a 19,2%.

No caso das famílias chefiadas por mulheres sem o cônjuge, o tipo mais freqüente é o das famílias constituídas pela mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais (35,6%), seguido pelas famílias em que a mulher vive só (29,2%), famílias em que há a mãe e todos os filhos menores de 14 anos (25,3%) e uma porcentagem pequena de mães com filhos menores e maiores de 14 anos (9,9%). Já no caso das famílias chefiadas por mulheres em que há o cônjuge, o tipo familiar mais freqüente é o das famílias constituídas pela chefe mulher, marido e todos os filhos menores de 14 anos (35,6%). Em seguida vem as famílias com chefe mulher e marido, sem filhos (26,3%), as famílias com chefe mulher, marido e todos os filhos menores de 14 anos (20,5%) e por último as famílias com chefe mulher, marido e filhos maiores e menores de 14 anos (17,6%). As famílias constituídas por casais onde o chefe é homem se assemelham às famílias chefiadas por mulheres onde há a presença do cônjuge. O tipo mais freqüente também é o de casais com todos os filhos

menores de 14 anos (39,1%). Seguem as famílias de casais com todos os filhos maiores de 14 anos (25,3%), os casais sem filhos (19,2%) e os casais com filhos maiores e menores de 14 anos (16,4%).

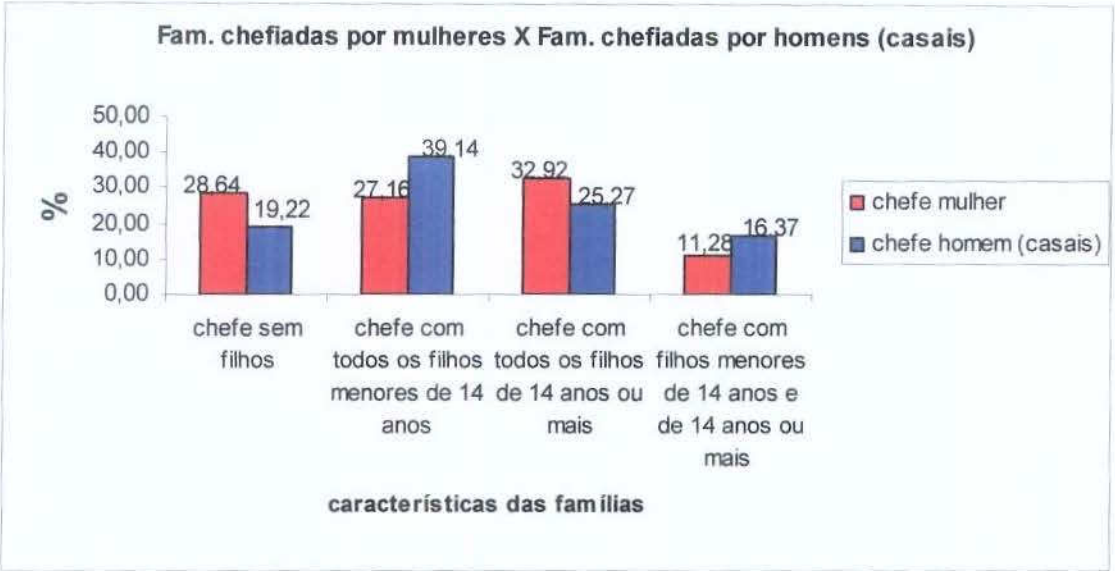
Comparando apenas as famílias chefiadas por mulher (com e sem cônjuge), vê-se que na grande maioria das famílias em que há o cônjuge há presença de filhos (73,7%), sendo apenas 26,3% o total de famílias que não possui filhos. Da mesma forma, mesmo quando a mulher vive sem o cônjuge, em 70,8% das famílias a mulher vive com os filhos, sendo apenas 29,2% as famílias em que a mulher vive só. Nas famílias constituídas por casais em que o chefe é homem, a porcentagem das famílias que possuem filhos é ainda maior (80,8%), sendo 19,2% o total de casais sem filhos. Nota-se ainda que nas famílias em que os filhos são menores de 14 anos é mais freqüente a presença do pai.

Tabela 7: Famílias Chefiadas por Mulheres x Famílias Chefiadas por Homens (Casais)

Características das famílias	Chefe Mulher			Chefe Homem (casais) %	Total de famílias (%)
	sem cônjuge (%)	com cônjuge (%)	Total (%)		
Sem filhos	29,2	26,3	28,6	19,2	22,2
Todos os filhos menores de 14 anos	25,3	35,6	27,2	39,1	35,4
Todos os filhos de 14 anos ou mais	35,6	20,5	32,9	25,3	27,7
Filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	9,9	17,6	11,3	16,4	14,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/1999.

Gráfico 5:



2.2. NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES

Para complementar a análise anterior, é interessante analisar a renda *per capita* de cada um desses tipos familiares para verificar então o que implica o número de filhos e a idade dos filhos para a composição da renda familiar *per capita* e, conseqüentemente, para a análise de pobreza. Ainda, a comparação das famílias chefiadas por mulheres com as constituídas por casais em que o homem é o chefe permitirá verificar qual a implicação do fato de a mulher ser chefe para a condição de pobreza. Busca-se, enfim, constatar se é verdadeira a afirmação de que é maior a incidência de pobreza nas famílias chefiadas por mulheres e se a associação entre os atributos do chefe e o número de filhos tem impacto sobre a suscetibilidade à pobreza.

A **Tabela 8** mostra como se distribuem as famílias em cada nível sócio-econômico, segundo renda familiar *per capita* e segundo a idade dos filhos.

Dentre as famílias que possuem renda familiar *per capita* até 1 SM (ou seja, as mais pobres), são mais freqüentes aquelas em que todos os filhos são menores de 14 anos, tanto no caso

das famílias chefiadas por mulheres com cônjuge (51,2%) quanto no caso das chefiadas por mulheres sem cônjuge (42,2%) e das constituídas por casais onde o chefe é homem (56,5%). Isso significa que há uma despesa adicional com os filhos menores e há renda apenas dos pais, não havendo nenhuma renda proveniente dos filhos. Já nas famílias em que todos os filhos são maiores de 14 anos ou menores e maiores de 14 anos essa porcentagem cai, ou seja, diminui o número de famílias em que a renda familiar *per capita* é até 1 SM.

Analisando as famílias que ganham de 1 a 3 SM não se percebe um padrão tão claro de quanto a idade dos filhos se reflete na renda familiar *per capita*. Das famílias que ganham de 1 a 3 SM e são chefiadas por mulheres sem cônjuge, são mais freqüentes aquelas que possuem todos os filhos de 14 anos ou mais (45,3%). Já as que ganham de 1 a 3 SM cujo chefe é a mulher e possui o cônjuge e as famílias chefiadas por homens, são mais freqüentes as famílias em que todos os filhos são menores de 14 anos (33,1% e 38,8%, respectivamente).

Das famílias que ganham mais de 3 SM cujo chefe é a mulher e não possui cônjuge, 49,0% são mulheres só, ou seja, não possuem filhos, e 40,9% tem todos os filhos de 14 anos ou mais. Somente 8% tem todos os filhos menores de 14 anos. São famílias em que a mulher não possui filhos e sustenta apenas a si mesma, ou famílias em que provavelmente os filhos contribuem para a renda familiar. Das famílias que ganham mais de 3 SM cujo chefe é a mulher e que tem o cônjuge, a maioria das famílias também não possui filhos. Porém não se observa uma porcentagem tão pequena de famílias com todos os filhos menores de 14 anos, como a observada para mulheres sem cônjuge. A porcentagem de famílias com todos os filhos menores de 14 anos é praticamente a mesma das famílias com todos os filhos de 14 anos ou mais (24,7% e 25,9%, respectivamente). Já nas famílias que ganham mais de 3 SM e são chefiadas por homens, há uma freqüência maior de famílias com todos os filhos de 14 anos ou mais (32,6%). Porém, a porcentagem de famílias constituídas por casais sem filhos e casais com todos os filhos menores de 14 anos também é alta

(28,3% e 29,1%, respectivamente), o que revela uma distribuição mais homogênea dos tipos familiares dentro dessa faixa de mais de 3 SM.

Concluindo, vê-se que para as famílias que ganham até 1 SM o padrão de distribuição das família por idade dos filhos é muito semelhante. Já para as classes de 1 a 2 SM e de mais de 3 SM, as famílias chefiadas por mulheres com cônjuge e as constituídas por casais com chefe homem possuem o mesmo padrão de distribuição por idade dos filhos. Esse padrão não é, no entanto, o mesmo para as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge, como evidenciado acima.

Tabela 8: Renda Familiar per capita por Tipo Familiar (em %)

Características das famílias	Chefe Mulher								Chefe Homem (Casais)			
	Sem Cônjuge				Com Cônjuge							
	Até 1 SM	De 1 a 3 SM	Mais de 3 SM	Total	Até 1 SM	De 1 a 3 SM	Mais de 3 SM	Total	Até 1 SM	De 1 a 3 SM	Mais de 3 SM	Total
Sem filhos	18,6	20,5	49,0	28,8	12,8	26,8	38,8	26,2	8,3	18,1	28,3	19,2
Todos os filhos menores de 14 anos	42,2	24,7	8,0	25,4	51,2	33,1	24,7	35,9	56,5	38,8	29,1	39,7
Todos os filhos de 14 anos ou mais	21,2	45,3	40,9	35,7	12,8	22,0	25,9	20,5	12,0	25,8	32,6	24,8
Filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou +	18,0	9,4	2,1	10,0	23,3	18,1	10,6	17,4	23,2	17,3	10,0	16,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100

Fonte: PNAD/1999.

Gráfico 6:

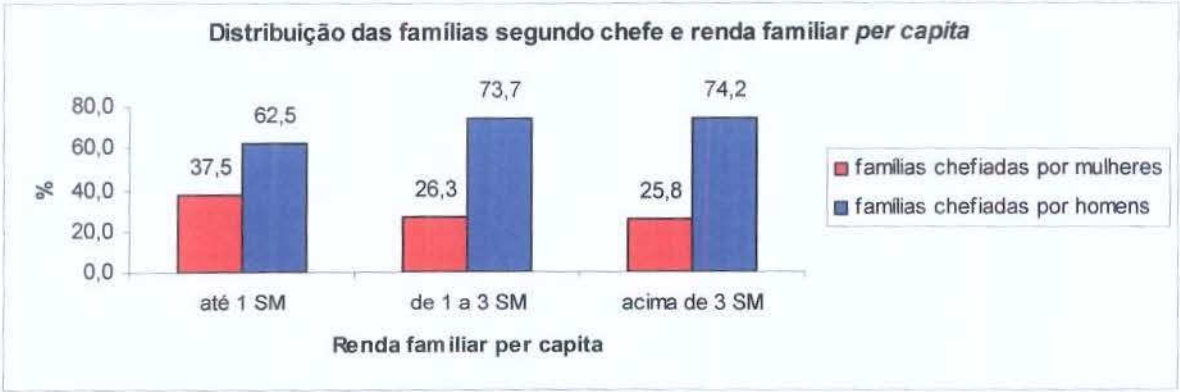


Gráfico 7:

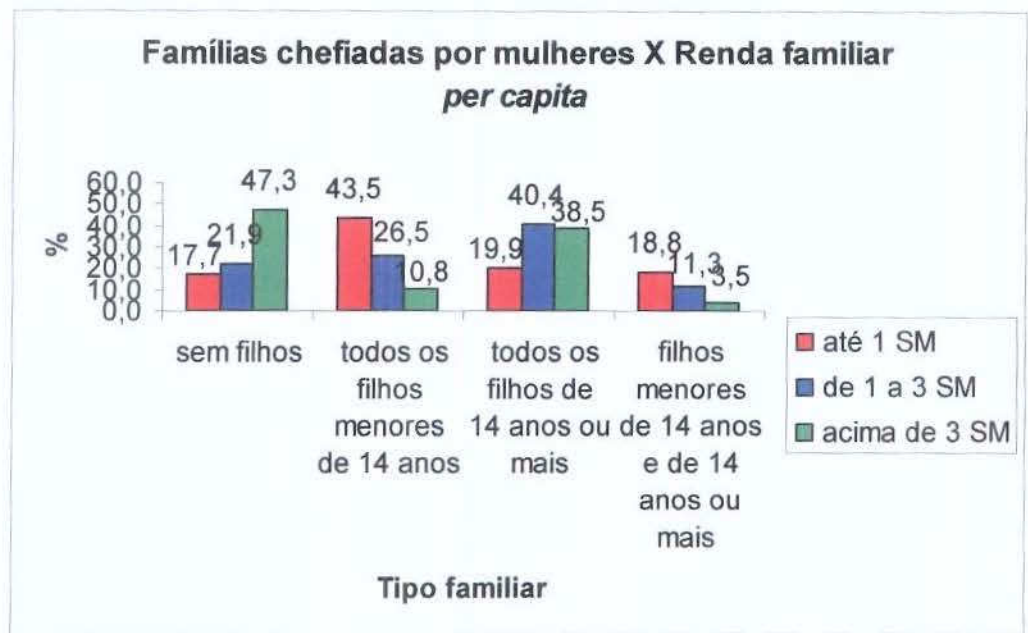
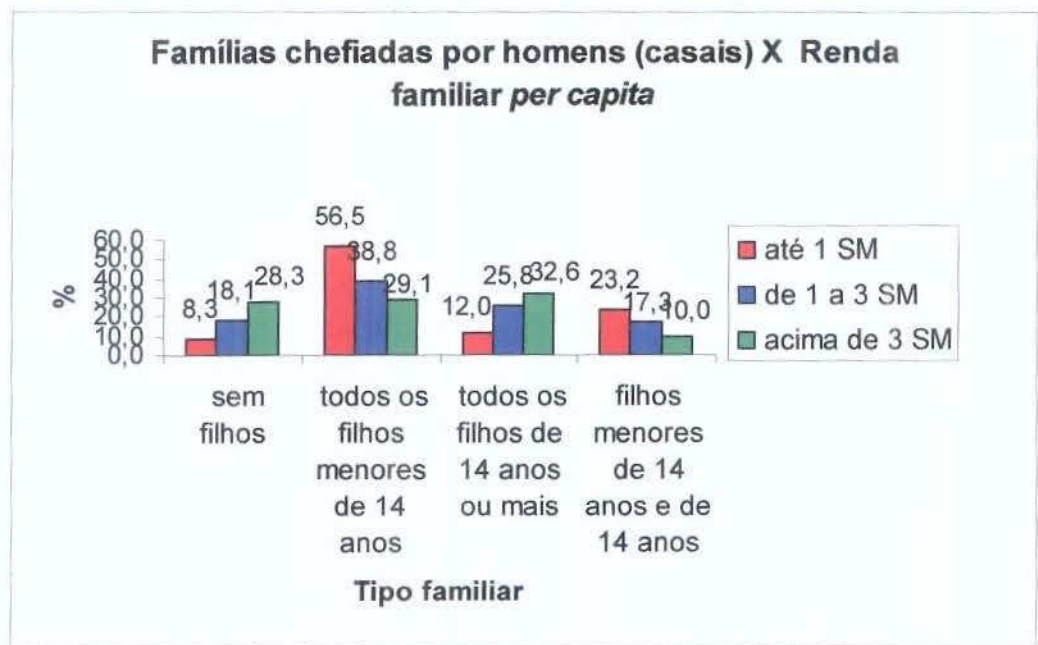


Gráfico 8:



A **Tabela 9** permite analisar se as famílias chefiadas por mulheres como um todo são mais pobres que as chefiadas por homens ou não.

Entre as famílias chefiadas por mulheres sem o cônjuge, há uma distribuição homogênea entre as classes de rendimento: 34,1% dessas famílias tem renda familiar *per capita* até 1 SM, 34,5% de 1 a 3 SM e 31,4% acima de 3 SM. Quando a família é chefiada por mulher e possui o cônjuge, por sua vez, vê-se que há menos famílias com renda familiar *per capita* até 1 SM (28,8%), portanto há menos famílias pobres. Mas por outro lado também se reduziu a porcentagem de famílias que ganham mais de 3 SM (28,5%). A maioria tem renda familiar *per capita* de 1 a 3 SM. As famílias constituídas por casais com chefe homem possuem, por sua vez, a menor porcentagem de famílias que tem renda familiar *per capita* até 1 SM e a maior porcentagem de famílias que tem renda familiar *per capita* acima de 3 SM. Isso revela que as famílias chefiadas por mulheres sem a presença do cônjuge são relativamente mais pobres que as chefiadas por mulheres que tem a presença do cônjuge e que as chefiadas por homens. A melhor situação é a das famílias chefiadas por homens, conforme descrito acima.

Ao incorporarmos na análise os tipos familiares separados por idade dos filhos, vemos que a melhor situação é a das famílias das mulheres que vivem só (53,4% tem renda acima de 3 SM). Conforme as famílias são constituídas por mães com filhos menores e maiores de 14 anos ou com todos os filhos menores de 14 anos a sua situação vai piorando, ou seja, estas famílias possuem, em sua maioria, renda familiar *per capita* até 1 SM (61,2% e 56,5%, respectivamente). Quando a mãe tem todos os filhos maiores de 14 anos a situação da família é um pouco melhor, aumentando a porcentagem das famílias nas faixas de 1 a 3 SM e de mais de 3 SM. É provável que os filhos acima de 14 anos contribuam de alguma forma para a elevação da renda familiar.

Nas famílias chefiadas por mulheres em que há o cônjuge, quando a família não tem filhos ou quando os filhos são todos maiores de 14 anos, a renda familiar *per capita* destas famílias está distribuída nas faixas de 1 a 3 SM e mais de 3 SM. Já nos casos em que a família possui filhos maiores e menores de 14 anos ou todos menores de 14 anos, estas famílias se concentram nas faixas de 1 a 3 SM e até 1 SM, sendo portanto mais pobres que as outras.

No caso das famílias chefiadas por homens o padrão é o mesmo das famílias com chefe mulher que possui o cônjuge. Porém, dentro de cada tipo familiar é maior a porcentagem de famílias nas faixas de renda maiores, o que revela que, apesar de o padrão ser o mesmo, quando o chefe é homem as famílias tem renda *per capita* mais elevada do que quando a chefe é mulher, tanto na presença como na ausência do cônjuge.

Tabela 9: Renda Familiar *per capita* por Tipo Familiar

Tipo de família	Renda Familiar <i>per capita</i>			Total
	Até 1 SM (%)	De 1 a 3 SM (%)	Acima de 3 SM (%)	
CHEFE MULHER:				
Mulher só	22,1	24,6	53,4	100
Mulher sem cônjuge com filhos				
Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	56,5	33,5	9,9	100
Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais	20,2	43,7	36,0	100
Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	61,2	32,4	6,5	100
Total	34,1	34,5	31,4	100
Mulher (chefe) com cônjuge				
Mulher com cônjuge sem filhos	14,1	43,6	42,3	100
Mulher com cônjuge com todos os filhos menores de 14 anos	41,1	39,3	19,6	100
Mulher com cônjuge com todos os filhos de 14 anos ou mais	18,0	45,9	36,1	100
Mulher com cônjuge com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	38,5	44,2	17,3	100
Total	28,8	42,6	28,5	100
CHEFE HOMEM:				
Casal sem filhos	10,2	40,3	49,5	100
Casal com filhos				
Casal com todos os filhos menores de 14 anos	33,5	41,9	24,6	100
Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais	11,4	44,5	44,1	100
Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	33,7	45,6	20,8	100
Total	23,6	42,8	33,6	100

Fonte: PNAD/1999.

CAPÍTULO 3 - MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA

Este capítulo compreende a caracterização das mulheres chefes de família de acordo com as seguintes variáveis: idade, nível de instrução, setor de atividade, posição na ocupação e rendimento na ocupação principal. Trata-se de analisar o perfil dessas mulheres chefes e suas características individuais.

3.1. Perfil Etário

A **Tabela 10** apresenta a distribuição das mulheres chefes segundo faixas de idade.

Analisando as mulheres chefes em seu conjunto, percebemos que a grande maioria dessas mulheres encontram-se na faixa de idade acima de 40 anos (61,3%). Também é considerável a parcela que possui de 29 a 39 anos (22,1%). São poucas as mulheres chefes jovens. Apenas 8,6% estão na faixa de 18 a 24 anos, 6,9% possuem de 25 a 28 anos e somente 1,1% tem de 15 a 17 anos. Essas três últimas faixas de idade, que enquadram as fases mais jovens, se somadas registram apenas 16,6% das mulheres chefes.

O padrão de distribuição das mulheres entre as faixas é o mesmo para as mulheres chefes que vivem com e sem o cônjuge. Em ambas as situações, a grande maioria das mulheres chefes concentra-se nas faixas etárias mais elevadas: 64,3% das mulheres que vivem sem o cônjuge e 47,4% das que vivem com o cônjuge tem mais de 40 anos. No caso das mulheres que vivem sem o cônjuge o percentual é mais alto porque provavelmente inclui, além das mulheres solteiras que vivem só, as mulheres que eram inicialmente casadas mas que houve separação ou viuvez do cônjuge, sendo estas mulheres claramente mais velhas.

Na faixa de 29 a 39 anos encontram-se 20,6% das mulheres sem cônjuge e 28,8% das mulheres chefes de família que vivem com o cônjuge. São poucas as mulheres jovens que são chefes de família. Das mulheres chefes que vivem sem o cônjuge, apenas 1,0% tem de 15 a 17 anos e 8,3% tem de 18 a 24 anos. São provavelmente mulheres solteiras que vivem só ou mulheres separadas. No caso das mulheres chefes que vivem com o cônjuge, também é pequena a porcentagem das que tem de 15 a 17 anos (1,9%) e de 18 a 24 anos (9,9%).

Percebe-se então que as mulheres chefes de famílias se concentram na fase velha. São mulheres que pelo próprio fato de serem chefes, estão provavelmente no mercado de trabalho. As que vivem sem o cônjuge estariam no mercado porque o seu sustento e o dos filhos, quando estes estão presentes, depende exclusivamente delas. As mulheres chefes com cônjuge também é provável que estejam no mercado, pela própria condição de chefe que lhes é atribuída, ou seja, podem ser declaradas chefes pelo fato de auferirem rendimento. Disso podemos inferir que as mulheres mais maduras estão entrando ou permanecendo no mercado, ou retornando depois que os filhos estavam crescidos.

Essa distribuição das mulheres chefes nas fases mais velhas revelada na Tabela 10 é consistente com o que foi apresentado no capítulo 1.2., referente às alterações que ocorreram no perfil da mão de obra feminina nas últimas décadas. Segundo WAJMAN e RIOS-NETO (1998), até o final da década de 70 as mulheres trabalhadoras eram em sua maioria jovens, solteiras e sem filhos e nos anos 90 aumentou a participação das mulheres mais velhas, casadas e mães. Revelam que em 1998 a taxa de atividade das mulheres que possuem entre 30 e 39 anos é de 66% e das que possuem entre 40 e 49 anos é de quase 63%. Afirmam que o número de mulheres aumentou como consequência do maior número de viúvas, do aumento das separações e novas formas de coabitação.

Com estas observações, podemos inferir que, se a maioria das mulheres chefes tem acima de 40 anos e se a taxa de atividade feminina para esta faixa etária é de quase 63%, as mulheres chefes de família estão em grande parte inseridas no mercado de trabalho.

Tabela 10: Faixas de Idade das Mulheres Chefes

Faixas de Idade	Chefe Mulher				Total	
	Sem Cônjuge		Com Cônjuge			
	Nº Fam.	%	Nº Fam.	%	Nº Fam.	%
De 15 a 17 anos	11.786	1,0	5.051	1,9	16.837	1,1
De 18 a 24 anos	101.005	8,3	26.096	9,9	127.101	8,6
De 25 a 28 anos	70.702	5,8	31.146	11,9	101.848	6,9
De 29 a 39 anos	250.851	20,6	75.751	28,8	326.602	22,1
Acima de 40 anos	781.163	64,3	124.588	47,4	905.751	61,3
Total	1.215.507	100,0	262.632	100,0	1.478.139	100,0

Fonte: PNAD/1999.

Gráfico 9:



3.2. Escolaridade

A distribuição das mulheres chefes, com e sem cônjuge, segundo o nível de instrução é apresentada na **Tabela 11**.

As faixas de anos de estudo correspondem ao primário incompleto, primário completo, 1º grau completo, 2º grau completo e superior completo, respectivamente.

Do total das mulheres chefes, a Tabela 11 revela que 30,9% possuem de 4 a 7 anos de estudo, equivalente ao primário completo, e 28,7% possuem menos de 4 anos de estudo, ou seja, não completaram nem o primário. Somando-se estas duas faixas de anos de estudo, vemos que quase 60% de todas as mulheres chefes não possuem mais do que o primário completo. As mulheres chefes que possuem de 8 a 10 anos de estudo (primeiro grau completo) são 17%. As que possuem de 11 a 14 anos de estudo (segundo grau completo) são 15,5% e apenas 7,8% possuem o superior completo.

O padrão de escolaridade não é o mesmo para as mulheres com e sem o cônjuge. Para as mulheres sem cônjuge, as maiores frequências estão nas faixas de menos de 4 (primário incompleto) e de 4 a 7 anos de estudo (primário completo): 30,7% e 30,4%, respectivamente. Já para as mulheres que possuem cônjuge, a situação é levemente melhor. Essas mulheres concentram-se também nas faixas de 4 a 7 anos de estudo (33,7% possuem o primário completo) e de 8 a 10 anos de estudo (19,9% possuem o primeiro grau completo). Existem bem menos mulheres com cônjuge que tem menos de 4 anos de estudo que mulheres sem cônjuge na mesma situação. Porém, ainda são 19,2% as mulheres com cônjuge que tem menos de 4 anos de estudo.

Nas faixas de anos de estudo mais elevadas a concentração vai se reduzindo tanto para as mulheres sem cônjuge como para as com cônjuge. Apenas 7,7% das mulheres sem cônjuge e 8,3% das com cônjuge possuem 15 e mais anos de estudo (o que corresponde ao nível superior completo).

Tabela 11: Anos de Estudo das Mulheres Chefes

Anos de Estudo	Chefe Mulher				Total	
	Sem Cônjuge		Com Cônjuge			
	Nº Fam.	%	Nº Fam.	%	Nº Fam.	%
Menos de 4 anos	384.495	30,7	50.508	19,2	435.003	28,7
De 4 a 7 anos	379.641	30,4	88.385	33,7	468.026	30,9
De 8 a 10 anos	205.377	16,4	52.190	19,9	257.567	17,0
De 11 a 14 anos	184.345	14,7	49.663	18,9	234.008	15,5
15 e mais anos	96.807	7,7	21.886	8,3	118.693	7,8
Total	1.250.665	100,0	262.632	100,0	1.513.297	100,0

Fonte: PNAD/1999.

Gráfico 10:



3.3. Estrutura Ocupacional

A Tabela 12 permite analisar em que setores de atividade se encontram as mulheres chefes de família.

Do total das mulheres chefes de família da RMSP, a grande maioria encontra-se no setor de serviços (42,5%). Também é alta a participação das mulheres nas atividades sociais (18,8%), seguida pela indústria (14,5%) e comércio (14,2%).

Tanto para as mulheres sem cônjuge como para as com cônjuge, a maior frequência se encontra no setor de serviços (43,7% e 37,2% respectivamente). Em segundo lugar, as mulheres chefes estão em grande parte desenvolvendo atividades sociais (18,5% das mulheres sem cônjuge e 20,2% das com cônjuge). Em seguida, encontram-se na indústria e no comércio, administração pública, transportes e comunicações e setor agrícola, com distribuição quase insignificante neste último.

Essa distribuição setorial é compatível com o crescimento do setor terciário (serviços) na década de 90, resultado em grande medida do processo de reestruturação produtiva. Houve aumento da participação do emprego nos serviços e queda da participação da indústria na composição do nível de emprego. Assim, a distribuição das mulheres chefes no mercado de trabalho segundo setor de atividade acompanhou claramente as mudanças ocorridas no mercado de trabalho na década de 90, ou seja, o processo de reestruturação produtiva e o crescimento do setor terciário.

Tabela 12: Setor de Atividade

Setor de Atividade	Chefe Mulher				Total	
	Sem Cônjuge		Com Cônjuge			
	Nº Fam.	%	Nº Fam.	%	Nº Fam.	%
Agrícola	2.525	0,4	1.684	1,2	4.209	0,6
Indústria	84.179	14,0	23.568	16,8	107.747	14,5
Comércio	81.655	13,6	23.568	16,8	105.223	14,2
Serviços	262.624	43,7	52.189	37,2	314.813	42,5
Administração Pública	21.888	3,6	5.050	3,6	26.938	3,6
Transportes/Comunicação	11.785	2,0	2.525	1,8	14.310	1,9
Social	111.116,0	18,5	28.323,0	20,2	139.439	18,8
Outros	25.247	4,2	3.368	2,4	28.615	3,9
Total	601.019	100,0	140.275	100,0	741.294	100,0

Fonte: PNAD/1999

Gráfico 11:



A **Tabela 13** apresenta a distribuição das mulheres chefes segundo posição na ocupação principal.

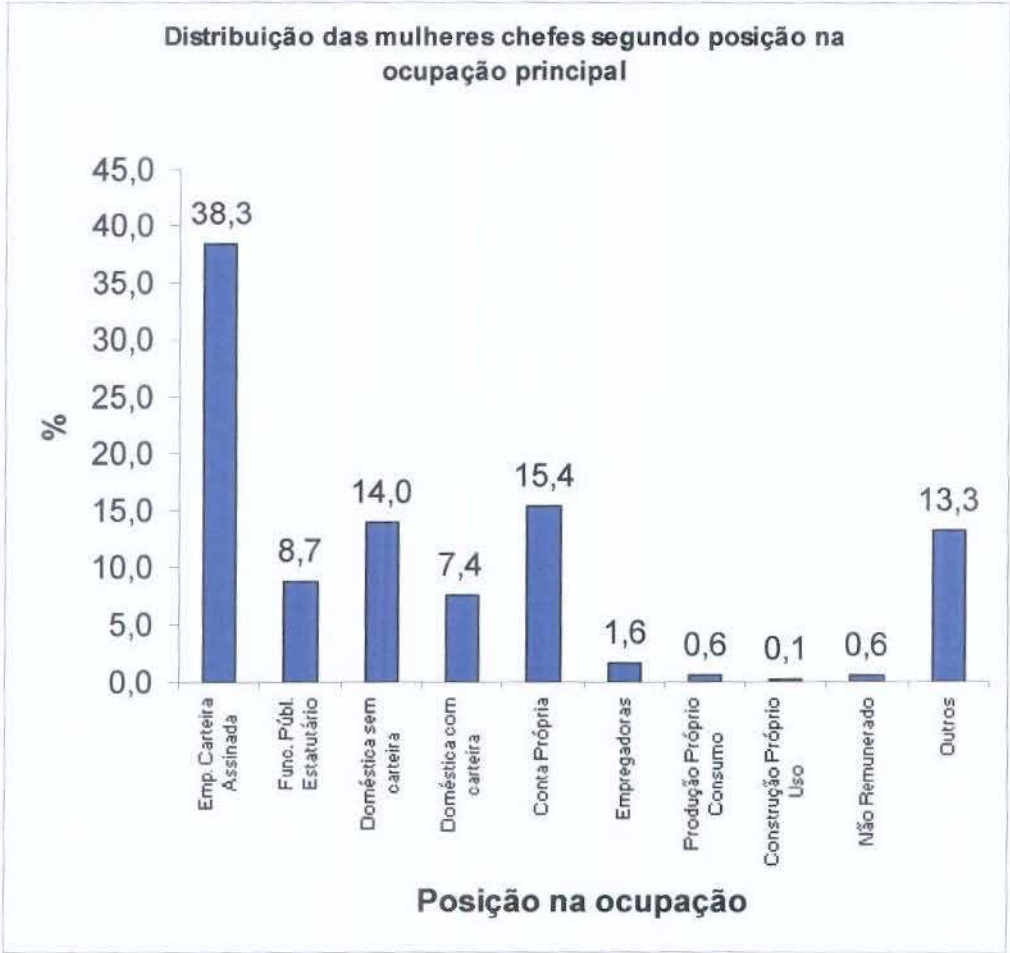
Apesar de ter diminuído o emprego assalariado com registro na década de 90, a maior concentração das mulheres chefes (com e sem cônjuge) está no emprego com carteira assinada (38,3%), sendo 38,4% das mulheres sem cônjuge e 38,1% das mulheres com cônjuge. Mas as mulheres chefes ocupam de forma relativamente homogênea outras posições, como funcionárias públicas estatutárias (8,7%), empregadas domésticas com carteira assinada (7,4%), empregadas domésticas sem carteira assinada (14,0%) e conta própria (15,4%). Após o emprego com carteira assinada, a segunda maior concentração das mulheres chefes é o emprego por conta própria, que revela de certa forma a perda de importância do trabalho assalariado no mercado de trabalho, bem como o aumento da participação relativa dos autônomos nas atividades terciárias, que aumentou na década de 90.

Tabela 13: Posição na Ocupação Principal

Posição na Ocupação	Chefe Mulher				Total	
	Sem Cônjuge		Com Cônjuge			
	Nº Fam.	%	Nº Fam.	%	Nº Fam.	%
Empreg. Carteira Assinada	230.644	38,4	51.350	38,1	281.994	38,3
Func. Públ. Estatutário	48.822	8,1	15.149	11,2	63.971	8,7
Doméstica sem carteira	88.386	14,7	14.311	10,6	102.697	14,0
Doméstica com carteira	47.139	7,8	7.578	5,6	54.717	7,4
Conta Própria	90.906	15,1	22.726	16,9	113.632	15,4
Empregadoras	8.418,0	1,4	3.368,0	2,5	11.786	1,6
Produção Próprio Consumo	2.525	0,4	1.684	1,3	4.209	0,6
Construção Próprio Uso	842	0,1	0	0,0	842	0,1
Não Remunerado	3.367	0,6	841	0,6	4.208	0,6
Outros	79.970	13,3	17.697	13,1	97.667	13,3
Total	601.019	100,0	134.704	100,0	735.723	100,0

Fonte: PNAD/1999

Gráfico 12:



A Tabela 14 permite caracterizar as mulheres chefes segundo rendimento na ocupação principal.

Analizando o total das famílias chefiadas por mulheres, tem-se que mais da metade não ganha mais do que um salário mínimo (56,6%), o que revela que essas mulheres chefes possuem um rendimento na ocupação principal muito baixo e provavelmente insuficiente para o sustento da família. Nas faixas de rendimento de 1 a 2 salários mínimos estão 10,5% das mulheres chefes e na faixa de 2 a 5 salários mínimos encontram-se 20,9%. Percebe-se que quanto mais elevada a faixa de rendimento na ocupação principal, menor a frequência das mulheres chefes nestas faixas.

Analizando comparativamente as mulheres chefes com e sem cônjuge, vemos que para ambos os casos é baixo o rendimento mensal das mulheres chefes: 57,2% das mulheres sem cônjuge e 53,7% das mulheres chefes que vivem com o cônjuge ganham até 1 salário mínimo por mês. Em segundo lugar estão as mulheres que ganham de 2 a 5 SM (20,6% e 22,3%). Quanto maior a faixa de rendimento, menor é a porcentagem de mulheres chefes nessas faixas. É bastante pequena a porcentagem das mulheres que ganham de 5 a 10 SM, de 10 a 20 SM e acima de 20 SM.

Se a maioria das mulheres chefes sem cônjuge ganha até 1 SM (57,2%) e essas mulheres são responsáveis pelo seu próprio sustento e pelo dos filhos, essas mulheres provavelmente constituem famílias mais pobres. Já nas famílias chefiadas por mulheres onde existe o cônjuge, a maioria das mulheres também tem rendimento até 1 SM (53,7%), o que seria da mesma forma insuficiente para garantir que a família não fosse pobre. Porém, quando há o chefe, é provável que este contribua em alguma medida para a renda familiar *per capita*, de forma que nas famílias chefiadas por mulheres onde o cônjuge está presente o nível de pobreza se mostra inferior ao das famílias onde a mulher vive sem o cônjuge, como foi mostrado na seção 2.1.

Tabela 14: Rendimento na Ocupação Principal

Faixas de Rendimento	Chefe Mulher				Total	
	Sem Cônjuge		Com Cônjuge			
	Nº Fam.	%	Nº Fam.	%	Nº Fam.	%
Até 1 SM	670.042	57,2	139.733	53,7	809.775	56,6
De 1 a 2 SM	127.953	10,9	22.730	8,7	150.683	10,5
De 2 a 5 SM	241.586	20,6	58.079	22,3	299.665	20,9
De 5 a 10 SM	64.223	5,5	24.414	9,4	88.637	6,2
De 10 a 20 SM	49.666	4,2	10.101	3,9	59.767	4,2
Acima de 20	17.680	1,5	5.050	1,9	22.730	1,6
Total	1.171.150	100,0	260.107	100,0	1.431.257	100,0

Fonte: PNAD/1999

CAPÍTULO 4 - CONCLUSÕES

A partir da evidência de alguns estudos de que é freqüente a incidência de pobreza em famílias chefiadas por mulheres, e ainda, da evidência de que a associação dos atributos sexo do chefe e número de filhos tem impacto perverso sobre a suscetibilidade à pobreza, esta pesquisa centrou-se numa análise empírica para caracterizar as famílias chefiadas por mulheres, visando por fim constatar a veracidade dessas afirmações. A análise caracterizou-se pela comparação entre três tipos familiares: as famílias chefiadas por mulher sem cônjuge, as famílias chefiadas por mulher que vivem com o cônjuge e as famílias constituídas por casais em que o chefe é o homem.

Em segundo lugar a pesquisa buscou traçar um perfil dessas mulheres chefes, com base nas suas características individuais e ocupacionais.

No capítulo 2 (Famílias Chefiadas por Mulheres), a primeira constatação foi a de que 28,7% de todas as famílias da RMSP são chefiadas por mulheres, o que significa que de cada 3,6 famílias da Região Metropolitana de São Paulo, uma possui chefe mulher.

Do total de famílias chefiadas por mulheres, 82,2% são famílias constituídas por mulheres que vivem só ou com os filhos, sem o cônjuge, e 17,8% são famílias em que a mulher é declarada a pessoa de referência e vive com o cônjuge. As famílias chefiadas por homens representam 71,3% das famílias da RMSP. Dentre as famílias chefiadas por homens, 89,3% são casais e apenas 10,7% são homens que vivem só ou com os filhos.

No caso das famílias chefiadas por mulheres em que não há o cônjuge, os tipos mais freqüentes são as famílias constituídas pela mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais ou famílias em que a mulher vive só. Já as famílias chefiadas por mulheres onde há o cônjuge se assemelham às famílias constituídas por casais onde o chefe é o homem: em ambos os tipos familiares é mais freqüente a presença de filhos menores de 14 anos.

Com base na renda familiar *per capita*, foi constatado que de uma maneira geral as famílias chefiadas por mulheres são mais pobres que as famílias chefiadas por homens, ou seja, há mais famílias com chefe mulher do que com chefe homem nas faixas de renda familiar *per capita* mais baixas.

Dentre as famílias chefiadas por mulheres, as que não possuem o cônjuge estão razoavelmente em pior situação do que as famílias com chefe mulher em que o cônjuge está presente. Quando não há o cônjuge, aumenta o número de famílias na faixa de renda mais elevada mas também aumenta bastante o número de famílias que ganham até 1 SM.

Com relação à idade dos filhos, nas famílias com chefe mulher em que não há o cônjuge, constatou-se que a melhor situação em termos de renda familiar *per capita* é a das famílias em que a mulher vive só, de modo que conforme há filhos menores de 14 anos a situação da família piora. Quando os filhos possuem mais de 14 anos a renda familiar *per capita* aumenta um pouco, sendo provável que os filhos contribuam para a renda familiar *per capita* ou exijam menos despesas. O mesmo ocorre para as famílias chefiadas por mulheres com cônjuge e as chefiadas por homens: quando não há filhos ou quando estes tem mais de 14 anos, a renda familiar *per capita* é mais alta do que quando há filhos menores de 14 anos.

O capítulo 3 visou traçar um perfil da mulher chefe de família da RMSP. Com relação à idade, verificou-se que as mulheres chefes em sua grande maioria concentram-se nas faixas etárias mais elevadas (acima de 40 anos e de 29 a 39 anos). São poucas as mulheres chefes que são jovens. Dentre as mulheres que vivem sem cônjuge, as chefes devem contemplar então, em grande parte, mulheres separadas ou viúvas, que são claramente mais velhas.

Com relação ao nível de instrução, verificou-se que quase 60% de todas as mulheres chefes não possuem mais do que o primário completo. A grande maioria das mulheres chefes sem cônjuge possui apenas o primário completo ou o primário incompleto. Das que vivem com o cônjuge, há uma porcentagem menor na faixa de menos anos de estudo e uma melhor distribuição

entre as faixas que possuem primário completo, primeiro grau completo e segundo grau completo. As mulheres chefes possuem, portanto, em sua grande maioria, baixo nível de instrução, diferindo um pouco apenas quando da presença ou ausência do cônjuge.

A distribuição das mulheres chefes segundo setor de atividade revelou que a grande maioria se encontra no setor de serviços e nas atividades sociais, seguido em menor grau da indústria e do comércio. A maior concentração no setor terciário é compatível com o crescimento do mesmo na década de 90.

Segundo posição na ocupação principal, as mulheres chefes são em grande parte empregadas com carteira assinada. Entre trabalhadoras por conta própria, funcionárias públicas estatutárias e empregadas domésticas a distribuição é relativamente homogênea.

Com relação ao rendimento mensal das mulheres chefes na ocupação principal, o estudo revela que mais da metade (56,6%) se concentra na faixa de rendimento mais baixo (até 1 SM por mês). Conforme aumenta a faixa de rendimento, diminui a concentração de mulheres nessas faixas. Percebe-se, portanto, que as mulheres chefes recebem um rendimento baixo e insuficiente para garantir que a família não seja pobre. No caso das famílias das mulheres chefes que vivem sem o cônjuge, que como já visto são a maioria das famílias chefiadas por mulheres (82,2%), elas são provavelmente as únicas ou as maiores responsáveis pelo seu sustento e o dos filhos, e visto que o seu rendimento mensal na ocupação principal é baixo, isso confere à família uma renda familiar *per capita* baixa, fazendo com que a família seja pobre.

Sumariamente, as famílias chefiadas por mulheres são mais pobres que o tipo mais freqüente de famílias da RMSP, o constituído por casais em que o homem é o chefe. Essa condição de pobreza se deve, em grande parte às condições adversas a que estão sujeitas essas mulheres, ou seja, a presença de filhos e/ou ao mesmo tempo a ausência do cônjuge, que a faz a grande responsável pelo sustento do lar, o perfil etário elevado, que pode dificultar a entrada ou

permanência no mercado de trabalho, o baixo nível de escolaridade, que também impede que a mulher se posicione bem no mercado e o baixo rendimento mensal na ocupação principal.

BIBLIOGRAFIA

- BALTAR, P., DEDECCA, c. & HENRIQUE, W. (1996) – *Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil*. In: OLIVEIRA, C. & MATTOSO, J. (orgs). Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Ed. Scritta.
- BALTAR, P. (1996) – *Estagnação da Economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil*. In: Revista Economia e Sociedade, no 6. Campinas.
- BALTAR, P. (1998) – *Emprego e Informalidade das Ocupações Urbanas no Brasil dos anos 90*. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP).
- BARROS, R., FOX, L. & MENDONÇA, R. (1993) – *Poverty Among Female-Headed Households in Brazil*. Rio de Janeiro, IPEA, TD n. 310.
- BARROS, R., RAMOS, L., SANTOS, E. (1989) – *Gender Differences in Brazil Labour Markets*. Rio de Janeiro, IPEA.
- BRUSCHINI, C. (1998) - *Trabalho da Mulheres no Brasil – Continuidades e Mudanças no Período 1985-1995*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- BRUSCHINI, C. (1994) – *O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes*. II Seminário Nacional de Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho. Série Seminários, no 7. IPEA, Rio de Janeiro.
- FIGUEIREDO, J.B., SCHIRAY, M & LUSTOSA, T. (1990) – *Relações da pobreza com trabalho e família: estudo de identificação para a região metropolitana do Rio de Janeiro em 1987*. IEI/UFRJ.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS – www.fcc.org.br
- HOFFMANN, R. (1998). Distribuição de renda – medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Edusp.

- LAVINAS, L. (1997) - *Emprego Feminino: o que há de novo e o que se repete*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.40.
- LEONE, E. (1996) - *Empobrecimento da População e inserção da mulher no mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo na década de 1980*. In: OLIVEIRA, C.A. e MATTOSO, J.E. (orgs.) Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta.
- LEONE, E. (1997) – *Mulher, Mercado de Trabalho e Pobreza: um estudo da inserção da mulher na atividade econômica e suas implicações para a família*.
- LEONE, E. (1999) – *Renda Familiar e Trabalho da Mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos Anos 80 e 90*. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n.81.
- LEONE, E. (2000). *Participação Feminina na Região Metropolitana de São Paulo na Década de 90: consolidação ou precarização?*
- MATTOSO, J. (1995) *Transformações econômicas recentes e mudanças no trabalho*. In: OLIVEIRA, M. A. (org.). Economia & Trabalho, Campinas, UNICAMP.
- MATTOSO & BALTAR (1996) – Transformações Estruturais e Emprego nos anos 90. Cadernos do CESIT, nº 21. UNICAMP.
- MATTOSO & BALTAR (1997) – *Estrutura Econômica e Emprego no Brasil: a Experiência Recente*. In Velloso et alli (coord.). Brasil: Desafios de um País em Transformação. José Olímpio Editora.
- MERCADANTE, A. (1998) - *Plano Real e Neoliberalismo Tardio*. In: O Brasil Pós-Real: a política econômica em debate. Unicamp/IE. Campinas.
- MONTAGNER, P. e WATANABE, M. (1998)- *Grupos Ocupacionais e Qualificação para o Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo*. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP). Belo Horizonte.

- PCV – Pesquisa de Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo. Famílias Chefiadas por Mulheres. São Paulo, SEADE.
- RAMOS, L. & SOARES, A.L. (1994) – *Participação da Mulher na Força de Trabalho e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, TD n. 350
- WAJMAN, S. & RIOS-NETO, E. (1998) – *Quantas Serão as Mulheres: Cenário Para a Atividade Feminina*. In: *Mudanças, Permanências e Desafios – Seminário de Discussão*. Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- Sites do Dieese, SEADE, IBGE.